



## Agradecimentos

A elaboração de um trabalho desta natureza envolve sempre várias personalidades, entidades públicas e privadas, individuais e colectivas. A forma como o trabalho foi concebido fez com que ele se transformasse num “*trabalho de domínio público*” pelo que não podemos referir a todos os quantos nos ajudaram. Contudo, não podemos deixar de mencionar:

- A Professora Judite Nascimento que orientou este trabalho e ao Professor Pedro Brito, Co-Orientador, que nunca pouparam esforços para que este trabalho pudesse ser materializado.

- A Câmara Municipal da Ribeira Grande por todo o apoio técnico e logístico prestado durante a fase de investigação.

- Ao INE que nos acolheu de braços abertos disponibilizando-nos todos os dados estatísticos, cartas do concelho da Ribeira Grande, e o código geográfico nacional. Ao seu presidente Francisco Tavares e ao meu primo Joseph Brites um muito obrigado.

- Ao INIDA que nos forneceu uma carta da ilha de Santo Antão na escala 1:25000, o que nos facilitou imenso nas pesquisas feitas no terreno.

- Aos ex presidentes das câmaras municipais dos concelhos da Ribeira Grande Engenheiro Jorge Santos e do Porto Novo Engenheiro Joel Barros pela disponibilidade imediata com que nos atenderam.

- Aos professores do EBI que estiveram envolvidos nos inquéritos, principalmente a Orlanda Fatuda, professora em Lagoa.

- A OADISA, na pessoa do seu presidente Domingos Fortes.

- A Engenheira Maria da Luz Bettencourt, técnica da DGOT, pelo extraordinário apoio prestado.

- E como se costuma dizer, o melhor vem sempre no fim, quero agradecer aos meus pais, aos meus irmãos e a minha namorada Luísa, que ao longo desses quatro anos me deram uma força enorme para encarar com muita determinação o curso de Licenciatura em Geografia que ora chega ao fim.

- A todos os professores do Departamento de Geociências e de História e Filosofia de Educação que contribuíram para a minha formação académica e pessoal.

## **ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEITOS E SUA UTILIZAÇÃO</b>	10
I.1. Resenha histórica	11
I.2. Enquadramento geográfico	12
I.3. Enquadramento teórico	14
I.4. Conceitos e sua utilização	19
<b>CAPÍTULO II – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE ENTRE 1990 – 2000</b>	21
II.1. População, evolução e distribuição	22
II.1.1. Evolução demográfica	22
II.1.2. Distribuição espacial da população entre 1990- 2000	24
II.2. O povoamento – Distribuição da população segundo o habitat rural ou urbano	29
II.3. A utilização do espaço geográfico	36
II.4. Os movimentos migratórios	40
<b>CAPÍTULO III – CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE ENTRE 1990 – 2000</b>	44
III.1. Estrutura da população por sexo e por idades	45
III.2. Estrutura sócio-profissional da população	47
III.3. Níveis de instrução	48
<b>CAPÍTULO IV – PROPOSTA ALTERNATIVA À DIVISÃO ADMINISTRATIVA ACTUAL</b>	50
IV. 1. Análise da divisão administrativa actual do concelho da Ribeira Grande	51
IV.2. Proposta alternativa à divisão administrativa actual	54
<b>CONCLUSÕES</b>	698
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	72
<b>ANEXOS</b>	74

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do concelho da Ribeira Grande na ilha de Santo Antão...	12
Figura 2 – Evolução da população no concelho da Ribeira Grande entre 1990 – 2000.....	22
Figura 3 – Distribuição da população no concelho da Ribeira Grande em 1990..	25
Figura 4 – Distribuição da população no concelho da Ribeira Grande no ano 2000.....	25
Figura 5 – Densidade populacional no concelho da Ribeira Grande em 1990 ....	34
Figura 6 – Densidade populacional no concelho da Ribeira Grande no ano 2000.....	35
Figura 7 – Ribeira das Burnas – Uma localidade abandonada entre 1990 – 2000.....	37
Figura 8 – Zonas com localidades abandonadas, em risco de abandono e estáveis entre 1990 – 2000.....	43
Figura 9 – Pirâmide etária da população do concelho da Ribeira Grande em 1990.....	45
Figura 10 – Pirâmide etária da população do concelho da Ribeira Grande no ano 2000.....	45
Figura 11 – Divisão administrativa actual do concelho da Ribeira Grande.....	53
Figura 12 – Proposta alternativa à divisão administrativa actual.....	67

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1: Evolução da população no concelho da Ribeira Grande de 1950 – 2000.....	22
Quadro 2 – O povoamento no concelho da Ribeira Grande em 1990.....	30
Quadro 3 – O povoamento no concelho da Ribeira Grande no ano 2000.....	30
Quadro 4 – Matriz do saldo migratório com o concelho da Ribeira Grande entre 1995 – 2000.....	40
Quadro 5 – Estrutura sócio-profissional da população do concelho da Ribeira Grande entre 1990 e 2000.....	47
Quadro 6 – Níveis de instrução da população do concelho da Ribeira Grande entre 1990 e 2000.....	49
Quadro 7 – Distribuição dos Questionários.....	56
Quadro nº8: População inquirida na zona de Lagoa por sexo e por grupos etários.....	57
Quadro 9: População inquirida na zona de Lagoa por sexo e níveis de instrução.....	58
Quadro 10: População inquirida na zona da Corda por sexo e por grupos etários.....	61
Quadro 11: População inquirida na zona da Corda por sexo e níveis de instrução.....	61
Quadro 12: Freguesia onde trabalha a população inquirida na zona de Corda...	62
Quadro 13: População inquirida em Borda de Agriões por sexo e por grupos etários.....	64
Quadro 14: População inquirida na localidade de Borda de Agriões de por sexo e níveis de instrução.....	64

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo 1 – População residente no concelho da Ribeira Grande por zonas, nos anos de 1990 – 2000 e respectiva densidade populacional.....	75
Anexo 2 – População residente no Concelho da Ribeira Grande por sexo e por idades nos anos 1990 e 2000.....	76
Anexo 3 – Roteiro de Entrevistas.....	77
Anexo 4 – Ficha de Inquérito.....	79

# **INTRODUÇÃO**

## Introdução

Distribuição Espacial da População no Concelho da Ribeira Grande entre 1990 – 2000 Proposta Alternativa à Divisão Administrativa Actual, é um projecto de investigação cujos resultados nos propomos apresentar no âmbito do curso de Licenciatura em Geografia ao fim de quatro anos de estudo no Instituto Superior de Educação (ISE), na cidade da Praia.

Ao privilegiarmos a distribuição espacial da população no concelho da Ribeira Grande, pensámos em geografia humana e em todo o espaço sócio-económico que está directamente condicionado e influenciado pelas dinâmicas populacionais e espaciais e pelos contornos da globalização.

Relativamente a justificação e pertinência deste projecto, consideramos que ao inter-relacionarmos a distribuição espacial da população com a análise da divisão administrativa actual seguida de uma proposta à situação actual, dois grandes pilares deste estudo, estamos a valorizar o equilíbrio e a viabilidade da divisão administrativa do concelho da Ribeira Grande e contribuir com um instrumento de extrema importância que poderá vir a ser utilizado como base de diagnóstico dos principais problemas sócio-económicos resultantes de processos inerentes a sobrevivência e mobilidade das populações, aquando do traçado de políticas de ordenamento do território e planificação de zonas rurais e urbanas. Ainda é de considerar pertinente a realização desta investigação, tendo em conta que põe a disposição dos utilizadores de informação demográfica e espacial, um conjunto de indicadores resultantes de um balanço de tudo o que aconteceu entre os dois períodos censitários no que se refere a população do concelho e que servirá, certamente, de base a outras investigações, não só no campo demográfico e espacial como em outras áreas afins e não só. Para além dos aspectos já focados, a pertinência dessa investigação é justificada por pôr à disposição das entidades municipais do concelho, e não só, elementos que lhes ajudem a decidir, adequadamente, sobre as dificuldades que as populações do concelho enfrentam e as áreas onde as intervenções deverão ser prioritárias.

A questão que se põe é: **Como está distribuída, pelo espaço, a população do concelho da Ribeira Grande e que constrangimentos se podem relacionar com a divisão administrativa actual?**

Com o presente trabalho de investigação pretendemos, de um modo geral, analisar a distribuição da população no concelho da Ribeira Grande e as dinâmicas espaciais entre 1990 e 2000; ver até que ponto a divisão administrativa actual perturba a dinâmica espacial da população no concelho e, apresentar uma proposta alternativa à divisão administrativa actual. Entretanto, constituem ainda objectivos desta investigação, em termos mais específicos, ver como evoluiu a população nos últimos 50 anos; estudar o tipo de povoamento, as densidades populacionais e a distribuição da população segundo o habitat rural e urbano; estudar o impacto dos movimentos migratórios no concelho; estudar as características da população em termos sociais, económicos e dos níveis de instrução. Para além dos objectivos já referidos, ainda são objectivos específicos, analisar a divisão administrativa actual através da análise cartográfica e dos resultados das entrevistas e dos inquéritos e elaborar uma proposta alternativa à divisão actual.

Ter uma metodologia bem definida é bastante importante no campo da investigação, uma vez que dela depende, indubitavelmente, o sucesso ou o insucesso da investigação. Com o presente trabalho de investigação consolidar-se-ão conhecimentos teóricos (através da elaboração de fichas de leitura) e práticos (aprendizagem de metodologia de trabalho de campo e informáticos com recurso a SIG - sistema de informação geográfica). Ainda contaremos com o apoio e orientação de técnicos da Câmara Municipal da Ribeira Grande e os critérios de divisão das zonas serão definidos pela referida instituição. Também contaremos com o apoio do INE – Instituto Nacional de Estatísticas – e os dados estatísticos serão fornecidos pela referida instituição.

O trabalho será desenvolvido em etapas desde as pesquisas bibliográficas passando pelos levantamentos feitos no terreno, tratamento dos mesmos e consequente confecção dos mapas. Todavia, num trabalho desta natureza, não se pode “amarrar-se” apenas a estes pelo que recorreremos a outras fontes e/ou sistemas de informação, como sendo as que directa ou indirectamente lidam com a problemática em estudo, nomeadamente o INE, os GEP do Ministérios da Educação e da Direcção Geral de Planeamento, Arquivo Histórico e outras. Assim, o trabalho está estruturado em quatro capítulos:

No capítulo I introduziremos o tema a ser estudado, faremos uma pequena resenha histórica e enquadramento geográfico do concelho e o enquadramento teórico-conceptual do trabalho.



No capítulo II estudaremos a evolução e a distribuição da população no concelho da Ribeira Grande; o povoamento e a distribuição da população segundo o habitat rural e urbano; a organização do espaço geográfico e os movimentos migratórios da população.

No capítulo III analisaremos a distribuição e as características da população do concelho da Ribeira Grande relativamente as estruturas por sexo e idades, nível de instrução e a estrutura sócio profissional.

No capítulo IV faremos a análise da divisão administrativa actual e proporemos uma alternativa a essa divisão caso se comprovar que a actual condiciona a acção dos munícipes e do município em geral. E, finalmente a ultima parte trará as principais conclusões a que poderemos chegar após a análise do tema em estudo.

No tocante a estrutura do projecto consideramos que qualquer trabalho de investigação implica partir de uma planificação previamente definida que não sendo estanque nem imutável, permitirá ao investigador uma melhor coordenação dos conteúdos que se propõe abordar.

# **CAPÍTULO I**

## **CARACTERIZAÇÃO GERAL, ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEITOS E SUAS UTILIZAÇÕES**

## I.1. Resenha histórica

Segundo Lima, L. (1844) nenhum cronista indica a data do descobrimento da ilha de Santo Antão; acrescenta ainda que *“não podia ele deixar de ser simultâneo com o das mui vizinhas de São Nicolau, Santa Luzia e São Vicente...”* Já Ribeiro, O. (1995), admite que o achamento das ilhas de Cabo Verde *“está ainda envolto em certa escuridade”* citando a carta régia de 3 de Agosto de 1460 que se refere a descoberta das ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal e a carta regia de 19 de Setembro de 1462 que acrescenta as ilhas já descobertas as da Brava, São Nicolau, Santa Luzia e Santo Antão incluindo os ilhéus contíguos. Considerando os topónimos destas ilhas e as datas do calendário religioso que coincide com o nome dos Santos conclui-se que a ilha de Santo Antão foi descoberta à 17 de Janeiro de 1462, o que confirmaria a data que se celebra o aniversário do seu achamento, pela tradição oral, o dia de Santo Antão Abade padroeiro da ilha. Actualmente este dia é comemorado apenas no concelho da Ribeira Grande como sendo dia do município.

No que concerne ao povoamento, Barbosa, G (1958) afirma categoricamente que: *«... em 1548 inicia-se a colonização de Santo Antão, onde, segundo refere O. Ribeiro, se esperava que os respectivos donatários viessem a «fazer fazenda» e não apenas criação de gado e apanha de algodão»*.

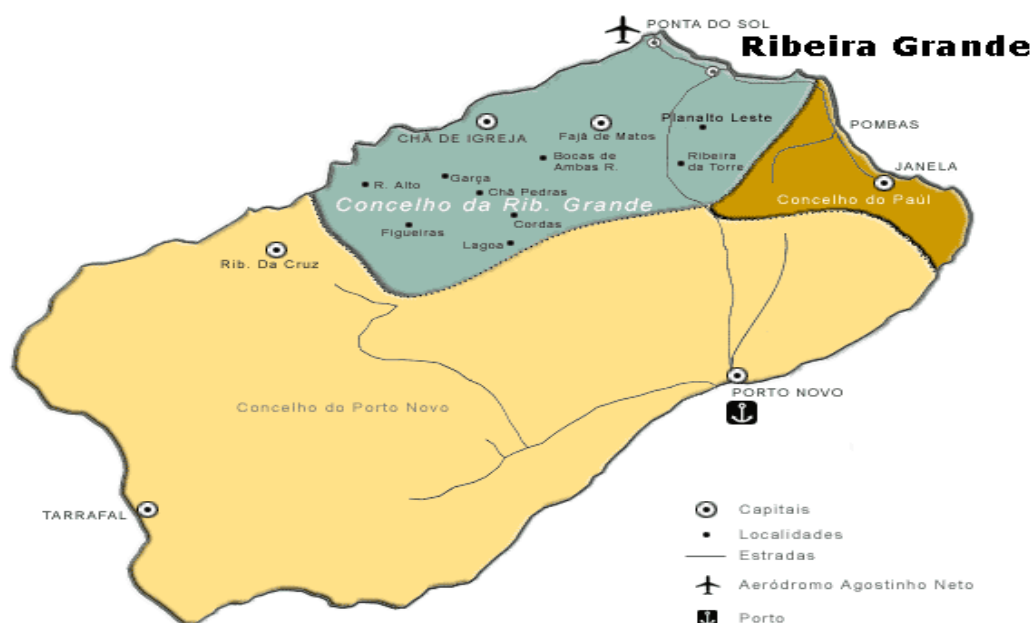
Segundo Rocha, A. (1990) os primeiros descobridores teriam entrado por esta povoação (Ribeira Grande), pois notava-se o mar avançando até Chã de Arroz e Santa Barbara e vêem-se navios nas escavações recentemente feitas em Chã de Arroz, tendo-se encontrado fósseis marinhos. Ainda segundo Rocha, A (1990) a primeira doação da ilha cujo povoamento teria começado no reinado de Filipe II da Espanha, a Gonçalo de Sousa, em 1548, e a segunda doação atribuída ao conde da Orta, D, Francisco de Mascarenhas, o título de conde de Santa Cruz. Este fundou a povoação de Santa Cruz que veio a ser depois a Vila da Ribeira grande, sede do concelho da ilha de Santo Antão. Diz também que, a ilha, *“... foi primeiramente povoada por algarvios e africanos vindos de Santiago, a que se juntaram ilhéus, madeirenses e açorianos, espanhóis, judeus, norte-americanos, italianos e outros”*.

O concelho da Ribeira Grande, mais antigo e importante da ilha, teve a sua primeira sede na vila da Ribeira Grande e em 1885 passou para a vila Maria Pia, hoje Ponta do Sol. O Concelho está dividido em quatro freguesias e vinte e nove zonas: Freguesia de N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. do Livramento com duas zonas, Freguesia de N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. do Rosário com nove, Freguesia de Santo Crucifixo com doze e freguesia de São Pedro Apóstolo com cinco zonas.

## I.2. Enquadramento geográfico

O concelho da Ribeira Grande situa-se a nordeste da ilha de Santo Antão. Com 167 km<sup>2</sup> de superfície, é o segundo maior concelho da ilha de Santo Antão. É também um dos mais montanhosos da ilha e do arquipélago em geral. O seu aspecto geomorfológico actual não pode ser indissociável da própria ilha.

**Fig. 1 – Localização do concelho da Ribeira Grande na ilha de Santo Antão**



Segundo Constantino, A.T e colaboradores (1978), citado por Maurício, A.(1999), *"na primeira erupção formou-se a ilha, mas ela teria ficado submersa*

*sendo posteriormente submetido a intensa acção da erosão marinha. Daí se explica a grande profusão dos vales, depressões e montes existentes. Posteriormente houve uma segunda erupção que daria origem a configuração actual da ilha. Esta actividade deve ter partida fundamentalmente das crateras da cova (a leste), Lagoa (no centro) e topo de coroa (a oeste), as quais constituem os centros vulcânicos mais importantes da última fase eruptiva e alinham-se praticamente sobre o seu eixo maior na direcção Este/Sudeste e Oeste/Noroeste”.*

O clima é resultante de uma conjugação de factores que sujeita a ilha a influência do sahel e um regime de ventos cujo impacto, produzido nas altas vertentes das montanhas, gradua espaços de microclima que vão desde a aridez até a acentuada amenidade.

Sobre as características dessa região, Silva, A. L. (1958) escreveu o seguinte: *“montanhas imponentes e alterosas constituídas muitas vezes por rochas nuas ou com pouco revestimento de terra arável notando-se ao primeiro golpe de vista uma separação nítida entre duas zonas, uma mais alta e que vai até ao cimo das montanhas... e que descendo as montanhas se vem instalar no fundo das ribeiras, quase sempre estreitas e pedregosas, mas que por vezes se alargam por algumas dezenas de metros”.*

As primeiras civilizações do mundo como a Suméria, a Egípcia e a Chinesa surgiram a partir do momento em que se sedentarizaram nas margens dos rios e lagos dedicando-se à agricultura e criação de gado.

À semelhança pode-se concluir também que, o que esteve na base do surgimento do concelho da Ribeira Grande, é nomeadamente, a existência de “muitas e boas águas”, como nos dá conta Fernandes, V. citado por Maurício, A. (1999) *“... a abundância d’água dellas afiança aos habitantes uma colheita certa e abundante”.* O clima húmido nessa região e o facto de ser nesse concelho, mais precisamente em Ponta do Sol, que na altura se situava o porto mais importante da ilha são outros factores que contribuíram para o surgimento do concelho da Ribeira Grande.

### **I.3. Enquadramento teórico**

Com a descoberta da agricultura e da criação de gado, o Neolítico abre a era da organização do espaço pela acção humana, organização que se estenderá, pouco a pouco, à quase totalidade da superfície terrestre. Doravante o homem é dotado da possibilidade de organizar o seu meio, adquiriu o domínio sobre os outros seres vivos, vegetais e animais e, progressivamente, o dos elementos físicos tais como o solo, a água e até mesmo o clima que utiliza para a realização dos seus desígnios. Isto é, criou o seu habitat.

A problemática da Distribuição Espacial da População a nível mundial, não é um fenómeno recente. Contudo, esta preocupação somente nas décadas de 60 e 70 começou a ter eco, quando as questões da distribuição e redistribuição da população foram colocadas entre as principais prioridades de estudiosos, administradores, gestores e políticos principalmente em França e Alemanha. Segundo Ardrey, R. citado por Isnard, H. (1982), o homem é um animal territorial pela sua própria essência... o seu comportamento territorial é inerente a sua natureza e de origem evolutiva, e acrescenta vivamente que, o nosso apego à propriedade é biológico e inato.

Foi em Outubro de 1999 que segundo Alain, G. et al (2003), a população mundial atingiu oficialmente os 6 mil milhões de pessoas, ao fim de um século no qual a população do globo era de apenas 1,5 mil milhões de indivíduos.

Para o autor Tetuliano citado por Brito, P (2002) *“somos um fardo para o mundo; os elementos não nos bastam; as nossas necessidades são prementes; todo o mundo se queixa porque a natureza não satisfaz as nossas necessidades (...)”*. Outros têm usado tom mais apocalíptico, afirmando que o mundo está a ponto de ser devastado pelo crescimento descontrolado da população (Ehrlich King e Elliot, 1994). Desde os primórdios da história da humanidade que o mundo tem sido confrontado com essa problemática. Entretanto, na época mais recente, após a divisão do mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos este problema se põe com maior acuidade nos países mais pobres. A restauração do património espacial é para os jovens espaços um pesado handicap ao seu desenvolvimento económico, mas ela é condição prévia de todo o progresso. O

espaço é a matéria-prima que toda a sociedade projecta organizar a sua imagem.

Várias foram as posições de numerosos pensadores a respeito da distribuição da população no espaço. A época moderna também produziu um conjunto de ideias relativo ao espaço, umas de natureza geográfica e económica, e outras, naturais e sociais. O exemplo acabado da política geográfica foi preconizado por J. Piaget citado por A. Frémont (1980) no seu livro "A Região, Espaço Vivido", onde procura demonstrar que as relações do homem com o espaço não constituem um feixe de dados imanescentes ou inatos; combinam-se numa experiência vivida que, de acordo com as idades da vida, se forma, se estrutura e se desfaz. Para Frémont, a reconstrução de um tal espaço com bases estritamente económicas ou demográficas não permite captar na realidade a totalidade das relações que unem os homens aos lugares. Demasiado objectiva e demasiado redutora, a região da economia, tal como a região administrativa ou a região natural, não permite delimitar correctamente o espaço dos homens.

A tese básica defendida por Frémont, assenta no conhecimento dos homens com os lugares que constituem a região. Ora o homem não é um objecto neutro no interior da região, ... Apreende desigualmente o espaço que o rodeia, emite juízos sobre os lugares, é retido ou atraído, consciente ou inconscientemente, engana-se ou enganam-no. É assim que Armand Frémont introduz na sua obra o conceito de "espaço vivido", em toda a sua espessura e complexidade e como o revelador das realidades regionais. Para ele a região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projectando neles a imagem que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.

Para Frémont (1980), a acomodação do homem ao espaço não se faz sem problemas. Um vasto campo permanece por explorar, o das afecções de toda a natureza que perturbem as relações dos homens com os lugares, da casa a região, da clausura a viagem.

Segundo Lefebvre, H. citado por Frémont, A. (1980) no sistema da sociedade capitalista, o espaço participa na alienação dos homens. Karl Marx (*idem*) escreveu o seguinte: "*O operário torna-se uma mercadoria tanto mais vil quanto mais mercadorias cria. A depreciação do mundo dos homens aumenta em razão directa da valorização do mundo das coisas*".

Interpretações contemporâneas das visões de Frémont, vindas principalmente de Isnard, H (1982) compartilham sua crença de que o conhecimento científico do espaço passou a ter uma grande importância estratégica; mais do que nunca, com efeito, o espaço é o campo das interações, das contradições, das tensões, das competições, um “jogo” entre os grandes sistemas económicos e políticos que disputam entre si o domínio da terra.

Nas sociedades liberais, é o capitalismo que dirige o jogo de organização do espaço. Os equipamentos de interesse colectivo e os serviços especializados melhoram o bem-estar das populações. Os produtos agrícolas ou as matérias-primas que trocam pelos produtos industriais conhecem uma depreciação contínua; a parte mais activa da sua população, privada de toda a esperança de progresso, é forçada ao êxodo para regiões mais favorecidas.

A mobilização do espaço, escreve Lefevre, H citado por Frémant A, (1980) torna-se frenética e leva até a autodestruição dos espaços antigos e novos. O consumo do espaço aumenta até ao desperdício: o espaço já não é um bem de uso, é uma mercadoria que se presta a toda a espécie de especulações frutuosas. Ao longo da história da sociedade humana a população foi encontrando os modelos mais adequados de se organizar no espaço de acordo com as condições económicas, sociais, culturais e físicas existentes e as formas de uso e posse da terra. O espaço natural apresenta-se como uma realidade objectiva que não deve nada ao homem, que existe sem ele, fora dele e que se desarticula logo que ele intervem. É por esta razão que hoje quase desapareceu como realidade viva e quase se tenta protegê-lo ou reconstitui-lo.

Em 1903, de La Blache, V. citado por Frémont, A. (1980) na sua obra «*Quadro da geografia de França*» afirma que as diferenças regionais estão associadas a diferenças de ordem natural, essencialmente morfológicas, independentes dos limites administrativos, em que as características físicas condicionavam ou até determinavam os traços essenciais da ocupação humana. Segundo Herbert A. Simon, (*idem*) “O mundo em que hoje vivemos, é muito mais um mundo artificial, feito pelo homem, que um mundo natural”.

A grande aventura do homem no globo terrestre terá sido, definitivamente, ter construído o espaço segundo modelos diferenciados dos ecossistemas originais, de ter substituído a intencionalidade pela necessidade. À grande realidade objectiva do espaço natural opõe-se assim a realidade projectiva do espaço geográfico nascido da iniciativa humana finalizada.



É neste sentido que, para o trabalho que propomos analisar daremos maior ênfase ao meio geográfico defendido pela corrente behaviorista (comportamental) que privilegia os espaços de relação, sem contudo, ignorar a corrente clássica que privilegia os espaços físicos.

Esta perspectiva veio contrapor ao determinismo geográfico que considerava como determinantes da localização, organização e comportamento do povoamento humano os factores de ordem física, tais como: geomorfológicos, climáticos, topográficos, hidrológicos, etc. A teoria determinista ainda determinava as formas de uso e posse da terra e o tipo de produtos cultivados para a alimentação.

Também, vários foram os pensadores que escreveram sobre a população, mais precisamente, sobre as relações desta com os recursos que o espaço lhes oferece, sendo umas de natureza anti-natalista e outras natalistas.

As maiores críticas vieram do reverendo inglês Thomas Robert Malthus citado por Véron, J (1986) que diz o seguinte: *«a assistência aos pobres é inútil porque não serve senão para os multiplicar sem os consolar»; «um homem que nasce num mundo ocupado se não lhe é possível obter dos seus pais os meios de subsistência... e se a sociedade não tem necessidade do seu trabalho, não tem direito a reclamar a mínima parte da alimentação e está a mais»;*

Os defensores da política natalista posicionam-se exactamente ao contrário, isto é, acham que o problema não se põe ao nível da quantidade da população à superfície da terra, mas sim a nível da desigual repartição das riquezas e da deficiente exploração dos recursos. Para Marx, não poderia haver lei eterna de população; ao contrário, cada fase de desenvolvimento teria sua própria lei de população específica para as condições sociais e económicas dessa fase.

Relativamente ao estudo da população a nossa aposta recai sobre a teoria natalista, negligenciando quase por completo a anti-natalista de Malthus. Com o objectivo de estabelecer relações fundamentais entre território e lugares e entre aquele e a população, V. N. Murel preconizou algumas fórmulas que foram depois adaptadas por Araújo, M. (1988) que permitiam analisar o povoamento disperso e agrupado no meio rural.

Para isso foram tomados os seguintes indicadores:

- População média dos lugares centrais (x)
- Densidade média dos lugares (T)

- Distância média entre os lugares (P)
- Amplitude de variação (R)
- Variabilidade Relativa (vd)
- Desvio Padrão (S)
- Coeficiente de variação (Vs)

Um dos exemplos mais importantes da abordagem científica no estudo do povoamento foi preconizado por Christaller, W. no seu livro "*Central Places in Sauthern Germany*", citado por Bradford M. G. e Kent, W. A. (1987), onde formulou uma teoria a partir de um conjunto de pressupostos e princípios em que demonstrava haver ordem nos padrões de povoamento que observava a sua volta. O objectivo principal da teoria dos lugares centrais de Christaller, é explicar a organização espacial das povoações e das áreas de influência, em particular a sua localização relativa e influência.

Para o nosso trabalho utilizaremos o critério político-administrativo partindo do pressuposto que os centros de ordem superior fornecem certas funções (funções de ordem superior) que não são oferecidas pelos centros de ordem inferior. Fornecem também todas as funções (funções de ordem inferior) que são fornecidas pelos centros de ordem mais baixa que a deles. Nesta óptica, e com base nesta teoria, em inquéritos, entrevistas, e observações faremos análise da divisão administrativa do concelho da Ribeira Grande, e, a elaboração de uma proposta alternativa à divisão administrativa actual como se justificar.

O critério de divisão por nós utilizado será o da "Divisão Natural" expressa no nº1 do artigo "Regionalização e política de desenvolvimento regional em Cabo Verde" pagina 9 de Setembro de 1999, no jornal horizonte pelo urbanista Renato Fernandes.

## **I.4. Conceitos e respectivas definições**

A abrangência deste trabalho refere-se a todas as zonas do concelho da Ribeira Grande e a sua população residente na década de 1990/2000. Para efeitos de análise e melhor compreensão do mesmo, serão analisados os seguintes conceitos:

**População** – É um conjunto de pessoas que vivem num dado espaço num determinado momento. **Fonte: Dicionário de Geografia (1997).**

**Espaço** – É um lugar ou uma extensão limitada, portanto cartografável, da superfície terrestre. **Fonte: Dicionário de Geografia (1997).**

**Espaço natural** – É uma totalidade resultante das relações de interdependência entre os seus elementos constitutivos: as características físicas ou biótomo, e a comunidade de seres vivos ou biocenose. **Fonte: Isnaard, H. (1982).**

**Espaço geográfico** – É um espaço que sai das mãos dos homens que modela e utiliza os elementos retirados do meio natural para os submeter ao seu projecto de sociedade. **Fonte: Isnaard, H. (1982).**

**Zona** – É uma porção de território nacional, situada sob a autoridade de uma comissão de moradores, e composta por um conjunto de lugares. **Fonte: INE – Censo 2000**

**Lugar** – É uma porção do território nacional tendo uma designação bem conhecida sobre o plano local, e que constitui a menor divisão do país. **Fonte: INE – Censo 2000**

**Habitat de uma espécie** – É a área geográfica onde as condições gerais e especiais de vida permitem que o ser vivo aí localize o seu centro vital, cresça e se reproduza. **Fonte: De Castro, J. (1959).**

**Povoamento humano** – É a forma como a população se organiza no espaço e o utiliza, ou, a distribuição e redistribuição da população num determinado espaço. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Densidade populacional** – É número de habitantes em relação à superfície (habitantes por quilómetros quadrados na maior parte dos casos). **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Amplitude de variação** – Estabelece a diferença demográfica entre o lugar mais populoso e o de menor dimensão populacional. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Variabilidade relativa** – Representa a intensidade de variação de grandeza da população dos lugares e, a partir daí, indica o grau de homogeneidade relativa dentro do sistema de povoamento considerado. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Desvio padrão** – Representa o grau de dispersão ou de concentração da população do sistema. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Coefficiente de Variação** – Estabelece a relação entre o desvio padrão e a população média do sistema. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Dinâmica espacial** – É a ordem que preside à organização do espaço geográfico desenvolvido no decurso da acção que a sociedade desencadeia. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Meio** – É sinónimo de ambiente pois designa o que está à volta de um lugar, de uma actividade, de um grupo social, de uma pessoa. Não existe só por si e as suas dimensões dependem da escala adoptada. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Meio urbano** – É constituído pelo conjunto das cidades e vilas do país. No plano administrativo, as cidades e vilas estão divididas em bairros. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Meio rural** – Considera-se meio rural, toda a parte do território situado fora do perímetro urbano, isto é, fora das cidades e das vilas. Do ponto de vista administrativo, o meio rural estrutura-se em vilas. **Fonte: Araújo, M. (1997).**

**Bem central** – é o produto, artigo ou serviço que se vai buscar a um determinado lugar que ocupa uma posição central em relação a um mercado que abastece uma população. Esse lugar central não se situa, necessariamente, no centro geométrico. **Bradford, M. C. e Kent, W. A (1987)**

**Função central** – Qualquer actividade económica, social ou cultural que garante o funcionamento de um bem central. Ex: mercearia, farmácia, hospital, banco, universidade, etc. **Bradford, M. C. e Kent, W. A (1987)**

**Lugar central** – É muitas vezes sinónimo de cidade e é qualquer lugar dentro de uma área geográfica que fornece determinados bens ou serviços centrais à sua área circundante. Ex: produtos farmacêuticos, serviços hospitalares, serviços de táxis, etc. **Bradford, M. C. e Kent, W. A (1987)**

## **CAPÍTULO II**

### **DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE ENTRE 1990 – 2000**

## II.1. População, evolução e distribuição

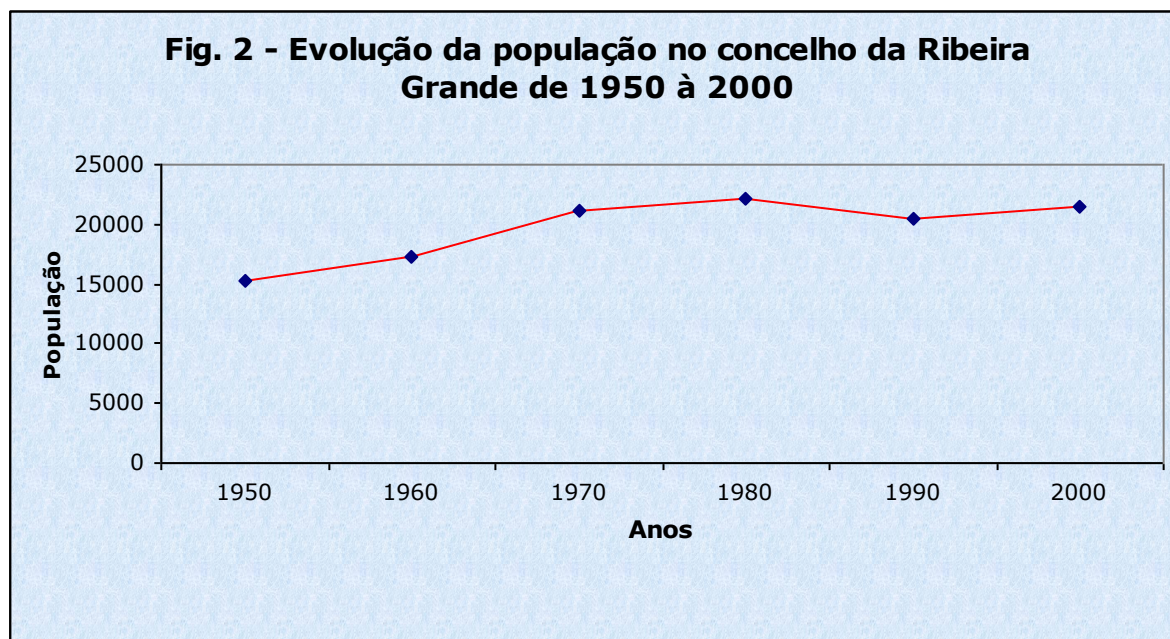
### II.1.1. Evolução demográfica

A evolução demográfica de uma determinada população segundo Filho, J. L. citado por Maurício, A. (1999) é resultado de um processo dinâmico inserido numa estrutura mais vasta, sendo a compreensão das relações entre os factores que influenciam as variações da população do lugar que pretende estudar. A população humana não pode crescer senão graças às técnicas cada vez mais eficazes para melhorar os meios de existência e prolongar a duração de vida.

#### Quadro nº 1: Evolução da população no concelho da Ribeira Grande de 1950-2000.

População por sexo e por Anos											
1950		1960		1970		1980		1990		2000	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
7019	8177	8112	9134	10199	10959	9907	12305	10368	10104	11036	10444
15196		17246		21158		22212		20472		21480	

Fonte: INE – C.Verde, censos de 1950 a 2000.



No concelho da Ribeira Grande, a semelhança de toda a ilha, a evolução da população tem sido bastante irregular. Em meados do século passado (XX), a população residente no concelho em ambos os sexos era de 15196 efectivos, dos quais 7019 do século masculino e 8177 do sexo feminino.

Em 1960 a população total do concelho era de 17246 efectivos, dos quais 8112 do sexo masculino e 9134 do sexo feminino, para atingir nos finais de 1970, cerca de 21158 efectivos, sendo 10199 homens e 10959 mulheres. Após a independência nacional em 1975, a população do concelho atingiu cerca de 22212 efectivos, sendo 9907 homens e 12305 mulheres.

Em 1990 a população diminuiu para 20472 efectivos, em que, 10368 eram do sexo masculino e 10104 do sexo feminino. Portanto, diminuiu sobretudo a população feminina.

Registe-se que no decurso da primeira metade do século XX as secas e as fomes encontraram-se na origem de milhares de óbitos no país e no concelho em particular. Só após a década de 1950 o crescimento populacional apresenta-se contínuo. Registe-se que, apesar de elevados fluxos migratórios internos e externos, a população do concelho cresceu de forma espectacular de 1950 à 1990.

Na década de 1990-2000 a população do concelho voltou a crescer em cerca de 629 efectivos, atingindo por isso, 21480 efectivos, sendo 11036 do sexo masculino e 10444 do sexo feminino.

As taxas médias anuais de crescimento efectivo da população não deixam de reflectir, de forma muito nítida, a interferência de fenómenos extra demográficos e que têm determinado a própria dinâmica do crescimento natural. Entre 1960-70, o crescimento médio anual cifrou-se em 1,4%, valor quase idêntico a média nacional que foi de 1,5%. Já nas décadas de 1970-80 e 1980-90, o ritmo populacional reduziu de forma drástica, senão preocupante, para 0,3% e -0,4% respectivamente. De 90 à 2000 essa taxa voltou a cifrar em 0,3%.

Esse comportamento ficou essencialmente a dever-se a incidência de uma dinâmica migratória negativa de que falaremos mais adiante, a que, nos últimos anos, se associou o declínio da base produtiva devido as secas. Mantendo esta tendência, enquanto que a população do país poderá duplicar num prazo de aproximadamente 25 anos, a população do concelho da Ribeira Grande poderá vir a diminuir em virtude do envelhecimento da sua população já que as pessoas

que deixam o concelho são sobretudo jovens, sem contar com outras consequências a nível social e económico.

Também, durante a década de 1990-2000, a taxa bruta de natalidade no concelho diminuiu de 31,4‰ para 22,7‰. O mesmo aconteceu com a taxa de mortalidade que diminuiu 7,6‰ para 5,97‰ em 2000.

Este comportamento reflecte, só por si uma melhoria das condições sanitárias do concelho e das condições gerais de saúde da população.

Contudo, as repercussões decorrentes deste processo de evolução demográfica, não deixarão de fazer-se sentir em curto prazo, em particular no acréscimo das necessidades alimentares, de educação, de habitação, de saneamento básico, de saúde, de emprego, no agravamento das assimetrias locais, e naturalmente na qualidade das condições de vida das populações do concelho.

### **II.1.2. Distribuição espacial da população entre 1990 – 2000**

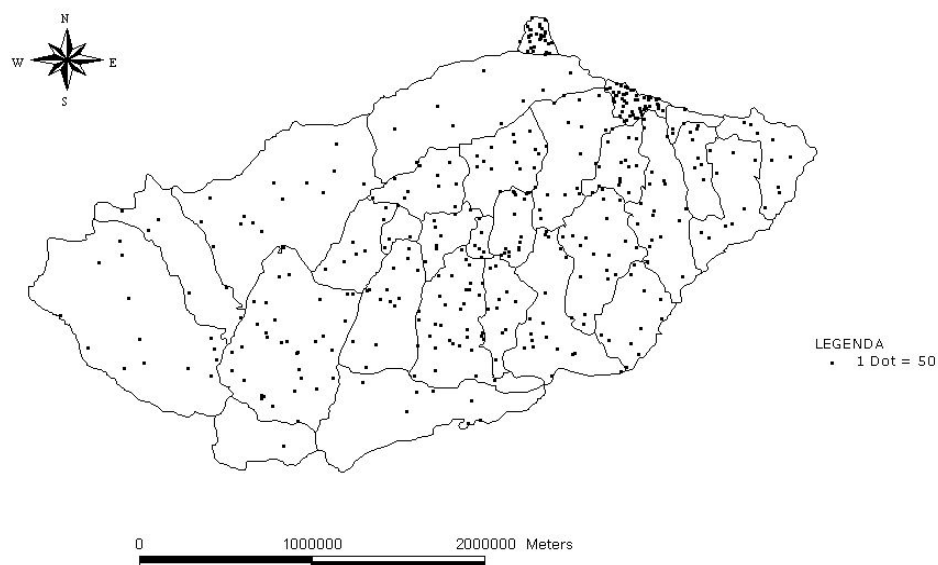
Os grupos humanos não se distribuem pela superfície do globo de maneira uniforme. Assim, como existem zonas naturais recobertas de vegetação pujante, e outras quase despidas ou mesmo inteiramente nuas, também, no que respeita ao elemento humano, há regiões onde o homem fervilha como um formigueiro, e outras escassamente povoadas, ou mesmo inteiramente desertas.

A " Declaração Nacional Sobre a Política da População" da D.G.P (1996), estipula como "Objectivo nº 4" o seguinte: "*Promover os mecanismos que assegurem a distribuição espacial equilibrada da população*", tendo em conta que a multiplicidade de dinâmicas demográficas regionais e a necessidade de manter o necessário equilíbrio populacional devem constituir uma preocupação importante relacionada com a estratégia de desenvolvimento harmonioso.

No ano de 1990 residiam no concelho da Ribeira Grande 20851 habitantes, sendo 7978 na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, 1933 na freguesia de Nossa Senhora do Livramento, 7466 na freguesia de Santo Crucifixo e, 3474 na freguesia de São Pedro Apóstolo.

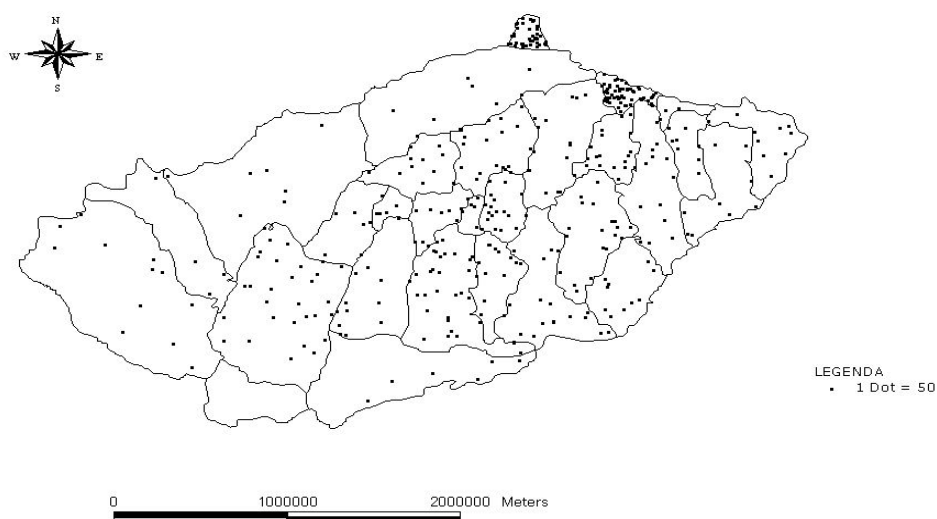


Fig 3 - Distribuição da população no concelho da Ribeira Grande em 1990



No ano 2000, a população do concelho aumentou para 21480 habitantes. As populações das freguesias de N<sup>sa</sup> S. do Rosário, N<sup>sa</sup> S. do Livramento e Santo Crucifixo também aumentaram para 8279, 2225 e 7789 habitantes respectivamente. Contrariamente diminuiu a população da freguesia de São Pedro Apóstolo para 3187 habitantes.

Fig. 4 - Distribuição da população no concelho da Ribeira Grande no ano 2000



Analisando os contrastes na distribuição da população dentro das freguesias, constatamos que, nas freguesias de N<sup>sa</sup> S. do Rosário e Nossa S. do Livramento, as populações aumentaram sobretudo nas vilas de Ribeira Grande de 2250 para 2863 habitantes, e, na vila da Ponta do Sol de 1505 para 1878 habitantes, naturalmente sedes das respectivas freguesias. Ainda, na freguesia de N<sup>sa</sup> S. do Rosário, a população aumentou principalmente nos arredores da vila, “área de expansão da vila da Ribeira Grande” de 868 habitantes para 972 habitantes e nas localidades de fácil acessibilidade como sinagoga e Lugar de Guene, de 468 e 810 habitantes para 558 e 862 habitantes respectivamente.

Na vila da Ponta do Sol, essa população poderá vir a aumentar ainda mais, pois, os antigos quintais de bananeira e cana sacarina que desde sempre acompanharam a evolução da vila já se extinguíram por completo dando lugar a grandes obras de infraestruturação, sobretudo habitacionais, propriedade de privados e da Câmara Municipal.

Para a vila da Ribeira Grande, prevê-se o mesmo cenário. Os poucos quintais de bananeira e cana-de-açúcar que ainda persistem praticamente têm dias contados. Esta opinião foi corroborada pelo ex presidente da câmara do concelho, Engenheiro Jorge Santos.

Para as freguesias de Santo Crucifixo e São Pedro Apóstolo, ao invés do que aconteceu com as de N<sup>sa</sup> S. do Rosário e São Pedro Apóstolo, a população não se concentra maioritariamente nas sedes dos respectivos concelhos, mas sim, em zonas onde a prática da agricultura é mais intensa e que, apresentam, melhores condições para tal. Assim, a zona de Chã de Pedras é a mais populosa da freguesia de Santo crucifixo mantendo a sua população a volta dos 1580 habitantes ao longo desses 10 anos.

Na freguesia de São Pedro Apóstolo a população diminuiu em todas as zonas. A zona mais populosa continuou sendo a da Garça, mesmo com a população reduzida de 1694 para 1523 habitantes de 1990-2000.

Os casos mais alarmantes aconteceram nas zonas de Chã D´igreja onde a população diminuiu de 727 para 348 habitantes (48%) e, Lagoa I – Espadaná – onde a mesma diminuiu de 45 para 19 habitantes (42%).

Retornando à freguesia de Santo Crucifixo, o destaque vai para a zona de Coculi, sede do concelho e em franca expansão económica e social. A população desta zona aumentou de 793 habitantes em 1990 para 924 habitantes no ano 2000. Esta zona que conta já com importantes obras de infraestruturação e

espaços abundantes para construção civil, poderá num futuro muito próximo, ser mais uma vila de grande importância no desenvolvimento e na organização do espaço geográfico no concelho.

Outras zonas onde também a população aumentou foram as que, à semelhança do que dissemos anteriormente, são de fácil acessibilidade. Assim, a zona da Corda aumentou de 888 para 895 habitantes e a zona Boca de Coruja de 501 para 565 habitantes. Pelas figuras 3 e 4 é possível ver que a população se concentra maioritariamente nos reduzidos espaços das vilas, rarefazendo-se a medida que se afaste delas. Excepções feitas às zonas da Garça e de Chã de Pedras onde as explorações de regadio (quase toda de cana sacarina), tem conseguido fixar a população em virtude da mão-de-obra que elas exigem.

A nível de freguesias, em cada uma delas destaca-se uma única zona de maior concentração da população: Nas freguesias de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup> do Rosário e do Livramento são as vilas, e, nas de Santo Crucifixo e São Pedro Apóstolo são os principais vales agrícolas da Garça e de Chã de pedras.

Na figura 3 a tendência é a mesma da figura 4. A diferença reside no facto de nas vilas concentrar-se cada vez mais gente e no interior do concelho cada vez menos. Esta situação não é mais nem menos do que o reflexo do êxodo das pessoas dessas zonas para os centros urbanos do concelho, ou de outros do país. As condições peculiares do solo e do clima são factores determinantes da distribuição das populações no Concelho.

O solo vai condicionar tipos de vegetação diferentes, capazes de fornecer alimentos ao homem, com maior ou menor abundância. O cultivo em áreas topograficamente inadequadas e a prática da monocultura da cana sacarina no regadio e do milho no sequeiro, provocados pelo homem, contribuem ainda mais para a degradação dos solos.

O clima no concelho da Ribeira Grande, por estar situado na vertente norte/nordeste e devido a influência benéfica dos ventos alísios, gradua espaços de microclima que vão desde a aridez até à acentuada amenidade. Por esse mesmo motivo as potencialidades hídricas são naturalmente escassas, embora com relativa abundância nos vales mais importantes do norte e do nordeste.

Ao que nos foi possível expor constatamos que, apesar da forte influência dos condicionalismos físicos ou naturais na distribuição espacial da população no concelho da Ribeira Grande, são os factores relacionados com o espaço geográfico, ou seja económicos, os que mais influenciaram essa distribuição.

Segundo Frémont, A. (1980) *"... se é verdade que um espaço é vivido como um espaço social, e se é verdade que este se organiza principalmente em função das relações de produção que unem ou opõem os grupos e as classes, dever-se-à verificar que as relações económicas constituem as relações fundamentais de um espaço objectivo"*.

Conhecendo o concelho da Ribeira Grande, por observação directa ou por intermédio desses instrumentos de abordagem indirecta que são os mapas e as fotografias aéreas, nota-se rapidamente a presença de lugares particulares onde os homens e as actividades se concentram. Por outro lado, nas vilas, o crescimento tem sido maior tendo em conta que constituem centros dos serviços regionais, como por exemplo, de trocas comerciais (fluxo de mercadorias), trocas de serviços não materiais (fluxo de informações), e trocas monetárias (fluxo de capitais). São também lugares de inter relações sociais já que para o seu funcionamento exige-se uma certa concentração geográfica dos agentes que justificam e que compõem a vila.

## **II.2. O Povoamento – Distribuição da população segundo o habitat rural ou urbano**

O povoamento no concelho da Ribeira Grande remonta as origens do próprio povoamento da ilha de Santo Antão. Falar de povoamento ou como se costuma dizer agora, de assentamentos humanos, não significa apenas que determinado espaço foi ocupado de forma mais ou menos dispersa, em aglomerações ou por concentrações maiores ou menores de população.

Segundo Araújo, M. (1997) *"as formas de povoamento contêm, em si, noções de desenvolvimento socio-económico de importância para a planificação de qualquer tipo de economia, muito em particular as mais débeis como é o caso de Africa"*.

Ao longo da história da sociedade humana, a população foi encontrando os modelos mais adequados de se organizar no espaço de acordo com as condições económicas, sociais, culturais e físicas existentes e as formas de uso e posse de terras. Isto significa que os tipos de povoamento se foram alterando no tempo para responder àquelas condições.

Para o concelho da Ribeira Grande, pode-se afirmar que o “sítio”, foi a própria vila da Ribeira Grande situada entre as férteis Ribeiras Grande e da Torre e mais perto do principal porto que ficava em Ponta do Sol.

Com o crescimento da população o “sítio” torna-se pequeno para conter mais residentes. Também, surge necessidade de mais espaço para a prática da agricultura, pastorícia e criação de gado. Então as pessoas começaram a instalar-se fora do sítio inicial, dando origem a expansão territorial do lugar. A partir daí ao estudarem-se as formas de povoamento, depara-se a necessidade de distinguir entre povoamento rural e povoamento urbano, pois, apesar de serem complementares e inseridos num mesmo sistema geral de organização espacial da população, possuem características e dinâmicas muito diferenciadas e exigem políticas de desenvolvimento diferentes, mas integrados nas políticas gerais.

A sociedade humana começou por ser toda ela rural. Sobre a habitação rural em Ribeira grande, segundo Silva, A. L. (1999), *“As casas das ribeiras do Norte de santo Antão são em geral isoladas e construídas em propriedades onde o lavrador trabalha a meias e nesse caso pertencem ao proprietário da terra, ou isoladas construídas em penhascos dominando propriedades subjacentes poupando assim terra arável e então são em geral habitadas por pequenos proprietários que dela vigiam o que lhes pertence. Por vezes são construídos em pequenos aglomerados e então pertencem em geral ao próprio trabalhador que as habita”*.

A repartição territorial da população constitui um sistema de povoamento que representa a síntese de três componentes relacionadas: os lugares de residência; a população e o território. É no processo de desenvolvimento interno que se podem originar as duas tendências essenciais do povoamento rural: a dispersão e o agrupamento.

O concelho da Ribeira Grande é essencialmente rural. Em 1990 a taxa de população rural era de 49,7%, tendo passado dez anos mais tarde no ano 2000 para 48,8%.

Classificar as formas de organização territorial da população rural, ou definir suas tendências, nem sempre é fácil. Para tornar menos subjectiva esta classificação recorreremos a alguns métodos estatísticos, utilizando diversos

indicadores. Essas fórmulas foram preconizadas por V. N. Murel e adaptadas por Araújo, M. (1988).

**Quadro nº 2 – O povoamento no concelho da Ribeira Grande em 1990.**

<b>Freguesias</b>	X	T	P	R	Vd	d	s	Vs
N.S.Rosario	886.4	25.8%	1.96km	2094	40.7%	360.5	530	60%
N.S Livramento	966.5	14.5%	2.6km	1077	60%	579	580	60%
Sto. Crucifixo	622.1 6	22.5%	2.1km	1391	46%	285	365	59%
S.P.Apostolo	694.8	7.7%	3.59km	1649	60.5%	420	563	81%

**Quadro nº 3 – O povoamento no concelho da Ribeira Grande no ano 2000.**

<b>Freguesias</b>	X	T	P	R	Vd	d	s	Vs
N.S.Rosario	919,8 8	25.8%	1,96km	2538	49%	451	720,8	78,35%
N.S Livramento	1112, 5	14,5%	2,6km	1531	68,7%	765,5	765,5	68,8%
Sto. Crucifixo	649,0 8	22,5%	2,1km	1401	46%	298,7 5	373,9	57,6%
S.P.Apostolo	637,8	7,7%	3,59km	1504	68,8%	439,2	528	82,78%

x – População média dos lugares rurais

T – Densidade média dos lugares

P – Distância média entre os lugares

R – Amplitude de variação

Vd – Variabilidade relativa

D – Desvio médio

S – Desvio padrão

Vs – Coeficiente de variação

Pelos dados dos quadros 2 e 3, constata-se que a população média do concelho da Ribeira Grande, exceptuando a freguesia de São Pedro Apóstolo, conheceu um ligeiro aumento populacional em todas as freguesias entre 1990 a 2000.

Na década de 1990 – 2000, a amplitude de variação só diminuiu na freguesia de São Pedro Apostolo. Nas restantes freguesias registou-se um

aumento relativamente grande, principalmente nas freguesias de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Rosário e N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Livramento. Esse aumento pode ser explicado pelo facto dessas freguesias serem os centros económicos e administrativos do concelho, e as populações dos lugares periféricos, encontrarem-se a migrar em massa para esses centros (êxodo rural) com o objectivo de melhorar as condições de vida, a situação de emprego quando no lugar de origem não seria possível precisamente pelo fraco desenvolvimento local.

A variabilidade relativa evoluiu significativamente de 1990-2000, principalmente nas freguesias de São Pedro Apóstolo e N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Livramento com 68,8% e 68,7% respectivamente. Isso significa que nessas freguesias a heterogeneidade é maior em consequência de maiores desvios médios também verificados nessas freguesias. Já para as outras freguesias, N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário e Santo Crucifixo, a variabilidade relativa não chega a atingir, desde 1990, sequer os 50%, tendo-se chegado no ano 2000 a 49% e 46% respectivamente. Assim, também os valores do desvio médio nessas freguesias são muito inferiores aos das freguesias de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Rosário e São Pedro Apóstolo. Sendo assim, nessas freguesias, há uma maior homogeneidade entre os elementos do sistema e, consequentemente, uma maior uniformização no povoamento.

No tocante ao desvio padrão tanto no ano de 1990 como no ano 2000, este valor ficou relativamente distante da população média das suas freguesias. No ano de 1990, o desvio padrão aproximou-se mais da média na freguesia de São Pedro Apóstolo seguido de Santo Crucifixo e só depois nas freguesias de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Rosário e N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Livramento. No ano 2000, o desvio padrão nas freguesias de São Pedro Apóstolo e N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário aproximou-se ainda mais da média, situando as diferenças em 131,8 e 199,1 respectivamente. A freguesia de Santo Crucifixo tende a afastar cada vez mais da média, passando de 257,16 no ano de 1990 para 265,18 em 2000. Esse contraste poderá ter origens, precisamente, na saída de pessoas dessa freguesia para residirem precisamente na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário.

A freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Livramento, não obstante a tendência para o decréscimo do desvio padrão em relação a média, o facto é que ainda possui o desvio mais alto do concelho da Ribeira Grande, na ordem dos 347.

É de salientar ainda que a população média das freguesias de São Pedro Apóstolo e Santo Crucifixo é inferior à do concelho que é de 767 habitantes.

Os desvios individuais no concelho da Ribeira Grande por freguesias e por zonas apresenta contrastes ainda muito mais acentuados. Em 1990, na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário, apenas duas zonas apresentavam desvios individuais superiores a média (Fajã Domingas Benta com uma diferença de 121 e Vila da Ribeira Grande com uma diferença de 1934). Para o ano 2000 a tendência manteve-se, só que agora, enquanto que a zona de Fajã Domingas Benta reduziu a sua diferença para 34 a Vila da Ribeira Grande aumentou a diferença para 1934 em relação a média do concelho.

A área de expansão do meio urbano, que no ano de 1990 apresentava um desvio de -2, passou a ter no ano 2000 um total de 52. Isso é resultado bastante da expansão da vila urbana que, pela sua morfologia extremamente acidentada e pelo reduzido espaço que dispõe, tem levado as pessoas a procurarem novos lugares para se instalarem como por exemplo Cruz e vale de penetração ao interior da Ribeira Grande. Além do mais é também uma forma dessas pessoas conseguirem fixação nos arredores dos centros urbanos onde os preços dos terrenos são mais baixos mas que lhes garantem proximidade do núcleo central. Na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Livramento, em 1990 a zona de Fontainhas apresentava um desvio de -539 e a vila da Ponta do Sol uma diferença de 619 em relação à média.

No ano 2000, enquanto que Fontainhas aumentou o desvio para -622, vila da Ponta do Sol aumentava a diferença para 765 em relação a média.

A homogeneidade é cada vez maior em Fontainhas, logo, o povoamento é disperso, em resultado da migração para a Vila da Ponta do Sol onde o povoamento já tem um carácter concentrado.

A freguesia de Santo Crucifixo com um total de doze (12) zonas apresentava-se no ano de 1990 com cinco (5) zonas com valores acima da média e as restantes sete (7) com valores inferiores a média. A zona de Chã de Pedras é a que sempre apresentou desvio individual mais elevado, situando-se nos 931 no ano de 1990 e 957 no ano 2000. Contrariamente, a zona de Boca de Ambas as Ribeiras é a que sempre apresentou desvios individuais mais baixos durante esse mesmo período de tempo, tendo o mesmo aumentado de -434 para -470.

Salienta-se o facto da zona de a zona de João Afonso, que em 1990 apresentava um desvio individual de -28, passar dez anos mais tarde a ter um desvio de 74. Mesmo assim, foi na zona de Coculi é que se verificou o maior aumento do desvio individual da freguesia de Santo Crucifixo. De um desvio



individual de 171 em 1990 passou para 275 no ano 2000. Isso deve-se ao facto desta povoação se encontrar em crescente progresso e acreditamos que com a nova estrada de penetração ao vale da Ribeira Grande construída recentemente, com a construção do novo Liceu cuja abertura está prevista ainda para este ano de 2005 e, com a existência de mais e melhores espaços para construção, esta tendência deverá continuar e a um ritmo ainda mais acelerado.

Das cinco zonas da freguesia de São Pedro Apóstolo, no ano de 1990, apenas Lagoa I (Espadaná) e Ribeira Alta apresentavam desvios individuais inferiores a média com -650 e -401 respectivamente. No ano 2000, para além de Espadaná com -622 e Ribeira Alta com -421, também a zona de Figueiras que em 1990 tinha um desvio individual positivo de 19, passou a ter um desvio negativo de -58 em relação a média da freguesia. As causas estão relacionadas com muitos factores, entre os quais, a forte migração da população jovem já que a freguesia não é muito desenvolvida alienados as grandes dificuldades de acessibilidades que se tornam factores repulsivos e nada convidativos a fixação humana.

O Coeficiente de Variação aumentou em todas as freguesias, excepto na de Santo Crucifixo que diminuiu em cerca de 1,4% de 1990-2000, passando de 59% para 57,6%. Isto significa que o sistema é heterogéneo, estando-se, por isso, perante um comportamento de povoamento agrupado, onde alguns lugares concentram a maior parte da população.

As freguesias de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário e N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Livramento registaram um aumento significativo no coeficiente de variação de 1990-2000, passando ambas de 60% para 78,35% e 68,8% respectivamente. A freguesia de São Pedro Apóstolo passou de 81% em 1990 para 82,8% em 2000. Essas freguesias apresentam-se pois, um comportamento de povoamento agrupado, onde alguns lugares concentram a maior parte da população.

A intensidade de ocupação humana de um território sempre apaixonou os geógrafos. É, portanto, uma medida muito globalizante, que não dá uma verdadeira ideia da intensidade do povoamento, pois esta não é contínua nem homogénea no território.

A densidade populacional aumentou na ilha de Santo Antão de 1990-2000 de 56.3 habitantes por quilómetro quadrado para 60.4 habitantes por quilómetro quadrado. O concelho da Ribeira Grande, no mesmo período aumentou de 125hab/km<sup>2</sup> para 128hab/km<sup>2</sup>.

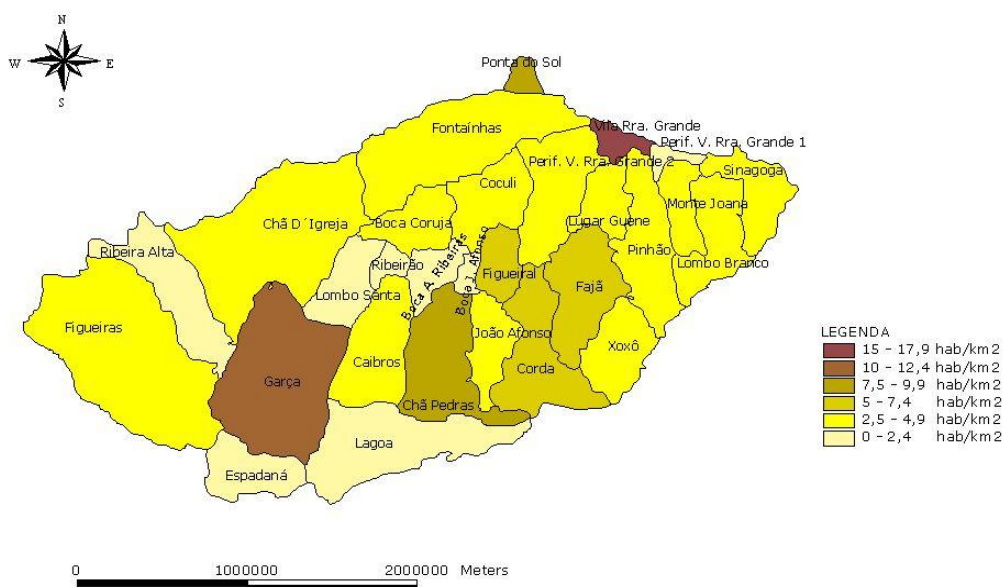
A nível de freguesias, apenas a de São Pedro Apóstolo diminuiu de 20.8hab/km<sup>2</sup> para 19.1hab/km<sup>2</sup> durante esses dez anos.

A nível local verificou-se que as maiores densidades populacionais registaram-se nas vilas de Ribeira Grande, com 17hab/Km<sup>2</sup> em 1990 e 17.17hab/km<sup>2</sup> em 2000, em Ponta do Sol, com 9hab/km<sup>2</sup> em 1990 e 11.26 em 2000 e na localidade da Garça de Cima com 10.16hab/km<sup>2</sup> em 1990 e 9.1hab/km<sup>2</sup> em 2000.

As zonas menos densamente povoadas, são aquelas onde a população absoluta é relativamente baixa, no caso de Espadaná com uma densidade populacional de 0.2hab/km<sup>2</sup> em 1990 e 0.1hab/km<sup>2</sup> em 2000, Boca de Ambas Ribeiras com 1.1hab/km<sup>2</sup> em 1990 e 1hab/km<sup>2</sup> em 2000 e Ribeira alta com 1.76hab/km<sup>2</sup> em 1990 e 1.3hab/km<sup>2</sup> em 2000.

Curiosamente todas essas zonas viram as densidades populacionais baixarem durante esses dez anos. Porém, as zonas de Espadaná e Ribeira Alta carecem de intervenção urgente a fim de não virem a constituir zonas abandonadas. Em Boca de Ambas Ribeiras a questão já não se põe da mesma forma, embora também, a densidade populacional tenha diminuído de 1,1 para 1,07 de 1990-2000. É que, situando-se junto da nova estrada de penetração ao interior da ribeira, certamente que num futuro bem próximo esta tendência poderá conhecer um abrandamento.

Fig. 5 - Densidade populacional no concelho da Ribeira Grande em 1990



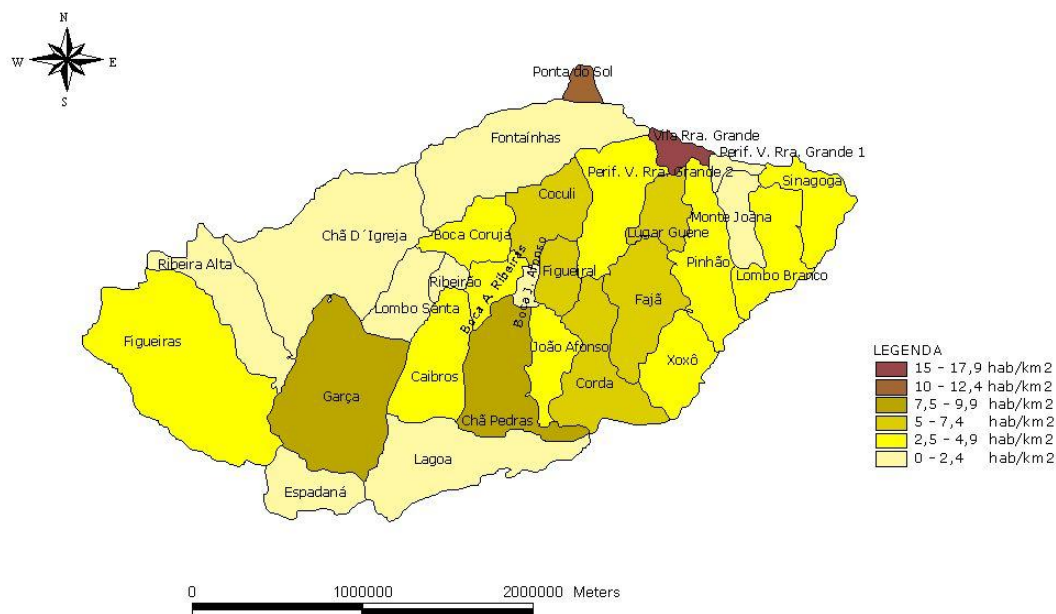
A figura 5 mostra que a densidade de ocupação no concelho da Ribeira Grande no ano 1990 era maior na povoação da vila da Ribeira Grande, seguida da zona da Garça na freguesia de São Pedro Apóstolo.

As densidades eram muito fracas nas zonas a sudeste e a noroeste do concelho na medida em que são de difícil acesso, montanhosos, relativamente extensos e com uma população absoluta muito baixa.

A figura 6 (Densidade populacional no concelho da Ribeira Grande no ano 2000), embora confirme a maior densidade populacional na vila da Ribeira Grande, apresenta alguns contrastes em relação a figura 5. Agora é possível ver que a vila da Ponta do Sol é a segunda zona mais densamente povoada remetendo a zona da Garça para o terceiro plano.

Uma outra alteração é a diminuição das densidades das zonas de Chã de Pedras e João Afonso e o surgimento de novas áreas com alguma densidade, próximas das vilas, como é o caso de Lugar de Guene e Coculi.

Fig. 6 - Densidade populacional no concelho da Ribeira Grande no ano 2000



Os motivos que estão na base dessas dissimetrias na ocupação do espaço no concelho da Ribeira Grande, são os mesmos que explicam as irregularidades na distribuição da população desse concelho, sobretudo os factores humanos, como vimos anteriormente.

### **II.3. A utilização do espaço geográfico**

É uma evidência afirmar que não há sociedade sem espaço que lhe seja próprio, no interior do qual as gerações se sucedem numa continuidade tal, que uma identificação se realiza entre um povo e o seu território. Para Morin, E (1973) citado por Isnaard, H (1982) *"se o homem está morto, a natureza humana é doravante um paradigma perdido"*. A realidade objectiva do espaço natural opõe, assim, a realidade projectiva do espaço geográfico nascido da iniciativa humana finalizada.

Como pudemos demonstrar no início deste trabalho, a utilização do espaço no concelho da Ribeira Grande começou com a agricultura que se observava na vila e nos principais vales (Ribeira Grande e Ribeira da Torre). Na medida em que a população foi crescendo, a sociedade foi ficando mais complexa e exigindo uma acção mais profunda no meio envolvente. O espaço, começou então a ser utilizado com o fim de assegurar a sobrevivência da população. Como o espaço não é uniforme, vamos encontrar no concelho da Ribeira Grande diferentes formas para a sua utilização, tendo em conta as potencialidades e as especificidades de cada zona ou lugar.

No meio urbano (vilas da Ribeira Grande e Ponta do Sol), de 1990 à 2000, a utilização do espaço sofreu profundas transformações. Os espaços agrícolas desapareceram quase por completo cedendo lugar a construção de imponentes obras de infraestruturação, como por exemplo o Liceu Suzeth Delgado, o Hospital Regional João Morais, o Internato da Ribeira Grande, a esquadra do POP, alguns blocos habitacionais, o Centro de Emprego e Formação Profissional, recuperação de vários edifícios antigos, numerosas ruas mais bem traçadas, mais largas e mais bem ornamentadas, sem contar, com um sem número de construções privadas tipo Vivendas.

A localidade de Cruz assume-se hoje, claramente, como alternativa a falta de espaços para construção na vila da Ribeira Grande, o que faz prever uma maior expansão da vila dentro de pouco tempo. Também todo o perímetro de cana sacarina que se estende de Santa Bárbara até Afonso Martinho, há muito que está sob os olhos da Câmara Municipal e de outras empresas privadas de construção civil.

O engenheiro Jorge Santos reconhece que a Câmara Municipal não tomou a melhor decisão ao ter permitido a construção de três habitações privadas nessa área sem um plano urbanístico pré-definido. Ainda, segundo ele, assim que esse espaço for expropriado e que for concluída a obra da estrada de penetração ao interior do vale da Ribeira Grande a vila vai ganhar uma nova dinâmica.

No meio rural, também, a utilização do espaço sofreu profundas mutações, consequência sobretudo do êxodo rural (de que falaremos mais adiante), das difíceis acessibilidades, da escassez dos recursos hídricos, da excessiva fragmentação das propriedades agrícolas por causa das heranças e consequentemente, do desemprego que é ali mais elevado.

Nas principais Ribeiras do Concelho (Ribeira Grande e da Torre), o espaço é organizado de forma a não roubar terreno às culturas, sendo as habitações agrupadas nas encostas íngremes das montanhas. A exploração do fundo dos vales é cada vez menor uma vez que, não havendo controle sobre as cheias que anualmente as percorrem, tem transportado tanto propriedades agrícolas como a terra das ribeiras deixando-as cada vez mais profundas e mais pedregosas. Excepções feitas às povoações de Coculi e Chã D'ígreja que se têm mantido num estado de equilíbrio dinâmico de utilização, embora esta última, tenha vindo a perder população a um ritmo extremamente preocupante.

Na costa leste as mutações do espaço geográfico são resultantes quase exclusivamente das difíceis acessibilidades rodoviárias. Senão vejamos:

Nas zonas de Pinhão e Lombo Branco, zonas essencialmente agrícolas, tendo em conta as suas fáceis acessibilidades, as migrações pendulares com as vilas da Ribeira Grande e da Ponta do Sol têm sido cada vez mais intensas. Com isso, é possível observar nessas zonas, a proliferação de edifícios tipicamente urbanos em substituição dos campos agrícolas. Na localidade de Chã de Barro, em Pinhão, que em 1990 tinha uma meia dúzia de casas, no ano 2000 as construções densificaram-se a ponto do preço do terreno assumir um carácter especulativo tal como nas vilas de Ribeira Grande e Ponta do Sol.

**Figura 7 – Ribeira das Burnas – Uma localidade abandonada entre 1990 e 2000 na zona de Monte Joana**



Ainda na Costa Leste, o cenário é deveras desolador quando se chega as localidades de Ribeira das Burnas e Matinho de Leste onde não é possível o acesso via rodoviária. Ribeira das Burnas de 1990 – 2000, passou a ser uma localidade abandonada, visto que, a sua população migrou em massa para a vila, para São Vicente e para o Estrangeiro. Matinho de Leste mostra a mesma tendência, tendo em conta o grande fluxo de êxodo rural dessa localidade para a vila, para as ilhas de São Vicente e do Sal e para o estrangeiro. A figura 6 não é mais do que uma fotografia de um panorama desolador que se vive em várias zonas do concelho da Ribeira Grande. A população tem vindo a trocar o seu habitat para outros espaços à procura de melhores realizações para os seus desígnios.

Na zona de Lugar de Guene, a localidade de Bica ficou abandonada pelos seus moradores. Só que em relação à primeira, por estar projectada como área de expansão da Vila da Ribeira Grande, acredita-se que no futuro próximo volta a ser habitada.

Já nas zonas de Chã D'igreja e Monte Joana onde também surgiram localidades abandonadas, se nada for feito no sentido de reverter essa situação o problema vai continuar, quiçá de forma mais brusca nos próximos anos. Há outras zonas com localidades em risco de abandono e que nos preocupa muito,

até porque, é notória a paralisia quase completa de uma população desmotivada e de entidades desinteressadas.

Por outro lado, os jovens, conhecendo a forma de viver e os benefícios dos centros urbanos, nunca mais voltam aos seus lugares de origem.

O espaço agrícola também está organizado de forma diferente tendo em conta a orografia da ilha, os recursos hídricos e os microclimas existentes. Assim, nas regiões de maiores altitudes pratica-se a agricultura de sequeiro com milho e feijão e, em alguns casos, fazem cultivo do café e de algumas árvores de frutos.

Nas ribeiras, predominam as explorações de regadio, sendo que em ribeira da Torre predominam a bananeira e a cana sacarina enquanto que na Ribeira Grande predominam as explorações da cana sacarina.

Na localidade de Lagoa, para além da agricultura de sequeiro, nos anos de boas “as águas” fazem-se importantes cultivos de batata comum.

Actualmente, é graças às associações de desenvolvimento comunitário que muitos espaços estão a renascer no concelho da Ribeira Grande. Ao todo, existem no concelho 29 associações abrangendo a quase totalidade das zonas. Estas associações filiadas na OADISA (Organização das Associações para o Desenvolvimento Integrado de Santo Antão) criada a 29 de Janeiro de 2001, tem como objectivos principais, segundo o seu presidente Domingos Fortes, o financiamento de caminhos, habitações, ordenamento e manutenção florestal, massificação de sistemas de rega localizada, recuperação de infraestruturas rurais, formação de pessoal e a mudança de mentalidade das pessoas para aceitarem as inovações para o desenvolvimento integrado das respectivas áreas de acção de cada associação.

O papel das associações tem sido tão importante na reorganização do espaço geográfico, que acabou por tirar algum prestígio as Câmaras Municipais. No meio rural as pessoas falam mais das associações, que têm traduzido na prática as suas actuações, do que propriamente as entidades governamentais que os tem mantido na periferia de forma a fomentar o crescimento e desenvolvimento dos centros urbanos.

## II.4. Os movimentos migratórios

O fenómeno migratório no concelho da Ribeira Grande não é recente, pois ele é uma constante da humanidade e tão velho como ela. A análise que ora se propõe para o concelho da Ribeira Grande terá como suporte dados de 1995 – 2000 produzidos pelo INE, em primeiro lugar porque foi a primeira vez que se obteve informações relativamente detalhadas sobre as migrações internas e internacionais; em segundo lugar, porque os dados dos serviços de migrações e fronteiras não constituem uma fonte fiável, visto que nas ilhas é difícil controlar as saídas e as entradas pelo mar. À semelhança de todo o arquipélago, também no concelho da Ribeira Grande a degradação das condições de vida decorrente da seca e a não existência de oferta de serviços sociais, educativos e de lazer como de oportunidades de negócio, emprego, a realização sócio-profissional, explicam a drenagem da população desse concelho para outros mais atractivos à procura de sobrevivência e em especial de emprego, formação, serviços sociais e de lazer.

**Quadro 4 – Matriz do saldo migratório com o concelho da Ribeira Grande entre 1995 – 2000.**

Residência anterior	Residência em R. Grande	Índices			
		Entradas	Saídas	Mig. Líquida	Eficácia
R. Grande	----	24,3	38,6	- 20,8	- 32,3
Paul	27	16,5	45,6	- 42,2	- 61,8
Porto Novo	- 100	20,5	32,6	- 16,4	- 30,4
São Vicente	- 561	34,6	30,3	6,4	9,8
São Nicolau	16	22,2	41,5	- 28,4	- 42,7
Sal	- 130	67,1	32,2	69,4	62,3
Boa Vista	- 1	61,1	37,4	46,6	44,6
Maio	0	36,7	25,3	16,5	26,3
Tarrafal	- 2	14,9	16,2	- 1,5	- 4,7
Santa Catarina	- 2	10,8	19,6	- 10,4	- 33,4
Santa Cruz	- 2	16,1	26,7	- 13,5	- 31,1
Praia	- 44	32,4	21,1	15,5	28,6
São Domingos	- 1	13,9	28,6	- 18,6	- 42,4
São Miguel	0	3,8	24,1	- 23,5	- 77,9
Mosteiros	0	21,0	24,2	- 4,2	- 9,2
São Filipe	5	15,6	25,8	- 12,9	- 30,6
Brava	- 1	23,7	28,2	- 6,1	- 11,7
Total	- 796	26,5	26,5	----	----

Fonte: INE – Censo 2000



Pela análise do quadro 4, conclui-se facilmente que o concelho da Ribeira Grande é um concelho de repulsão alta e de atracção baixa. Possui um saldo migratório negativo (- 796), logo o índice de entrada é bastante superior ao de saída (24,3 contra 38,6 respectivamente), um índice de migração líquida negativa (- 20,3) bem como o índice de eficácia que é de - 32,3. No ano 2000, o concelho da Ribeira Grande foi classificado como sendo o segundo maior “fornecedor” de migrantes, tendo saído do concelho 9449 indivíduos, equivalente a uma taxa de 13% e correspondendo-lhe um índice de saída de 32,2% e um índice de retenção de 67,8%. O número de entrada foi de 1244 indivíduos, equivalente a 1,7% correspondendo-lhe um índice de 5,9%. Como resultado disso, o concelho apresenta um saldo migratório bastante negativo (- 8205), e só possui saldos positivos em relação a Paul (41), Mosteiros (6), e São Filipe com 8.

Segundo critérios pré-definidos pelo INE, a seguir ao concelho do Paul, o da Ribeira Grande é o que apresenta menor índice de atracção e maior índice de repulsão, com baixos índices de migração líquida e de eficácia (- 32,5 e - 76,7% respectivamente). Isto significa que, para cada 100 migrantes que atravessam o seu limite administrativo, ele realiza uma perda de 77 migrantes.

Pelos dados do INE, é possível ver que as principais correntes migratórias verificadas no concelho de Ribeira Grande de 1995 a 2000, dirigiram-se sobretudo para a vizinha ilha de São Vicente, com cerca de 4744 efectivos (74.7%), seguido do concelho da Praia com 755 efectivos (9.2%), Sal com 655 efectivos e Porto Novo 422 efectivos (7%).

As migrações internacionais (imigração e emigração), também estão bem representadas no concelho de Ribeira Grande. Nos últimos anos ao abrigo do Tratado da CDEAO tem-se verificado algum fluxo migratório direccionado para este concelho. Ao todo entraram 1110 imigrantes, sendo que destes, 514 são da África, 502 da Europa, 94 da América e 53 de outras áreas do globo.

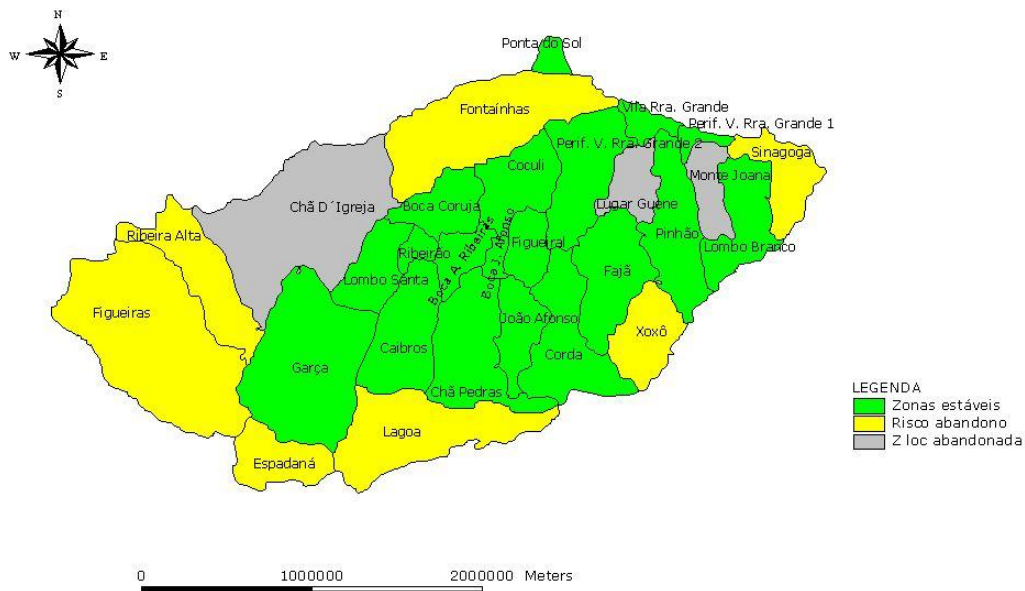
Relativamente a emigração, nós não dispusemos de dados que nos permitissem quantificar a ocorrência desse fenómeno migratório no concelho da Ribeira Grande. Mesmo assim, sabe-se que o concelho possui uma importante comunidade na diáspora, a reparar pelas famílias que vivem de remessas dos emigrantes e pelas construções privadas erguidas nesse concelho. Por outro lado, sabe-se que poucas são as famílias que não têm um parente no estrangeiro, já que é tradição os pais encorajarem as emigrações dos filhos quando estes não conseguem realizar os seus desígnios pessoais.

De tudo o que já se disse, são as migrações intra-concelhos que constituem as formas mais espectaculares de manifestação do fenómeno migratório no concelho da Ribeira Grande. De manhã e a tarde, é forte o fluxo de migrantes pendulares das zonas onde a acessibilidade via rodoviária se faz sem problemas em direcção as vilas. Nas zonas e localidades distantes cujo o acesso rodoviário não existe esse fenómeno tem-se traduzido no êxodo rural. Este fluxo migratório cada dia mais intenso é o resultado, por um lado, das respostas aos condicionalismos supracitados e, por outro lado, ao acrescido cansaço de e para o local de trabalho sempre “ carregados” de produtos de primeira necessidade que não é fácil conseguir no local onde vivem.

No passado, segundo Rocha, A. (1990), as migrações fizeram-se em sentido contrario, pois saiam das vilas e povoações de certa importância a procura de zonas agrícolas, mais rentáveis e de melhor clima, como Ribeira da Torre, Costa Leste, Corda, Ribeira do Duque, Chã de Pedras (...) e outros vales importantes do campo. A dimensão do êxodo rural é tanto que transformaram as localidades de Ribeira das Burnas, Ribeira do Inverno, Bica e Ribeira de Brás em localidades abandonadas. Caso não se verifique uma intervenção urgente das entidades governamentais e municipais, criando infraestruturas, equipamentos e emprego para as populações das áreas rurais o cenário deverá manter-se com o concelho a ser polarizado nas vilas de Ribeira e Ponta do Sol. As localidades de Matinho de Leste, Espadaná e Formiguinhas também estão condenados ao abandono caso nada for feito para travar o êxodo das suas populações.

No concelho da Ribeira Grande, o êxodo rural não tem provocado os problemas que o caracteriza, visto que, as pessoas geralmente têm ocupado casas abandonadas por outras pessoas, as rendas são acessíveis e as habitações têm um mínimo de conforto comparado com os outros concelhos do país. Por outro lado, a taxa de crescimento da população urbana de 1990 a 2000, cifrou a 1.6% a mais baixa da ilha com uma media de 3.5%.

**Fig. 8 - Zonas com localidades abandonadas, em risco de abandono e zonas estáveis entre 1990 - 2000**



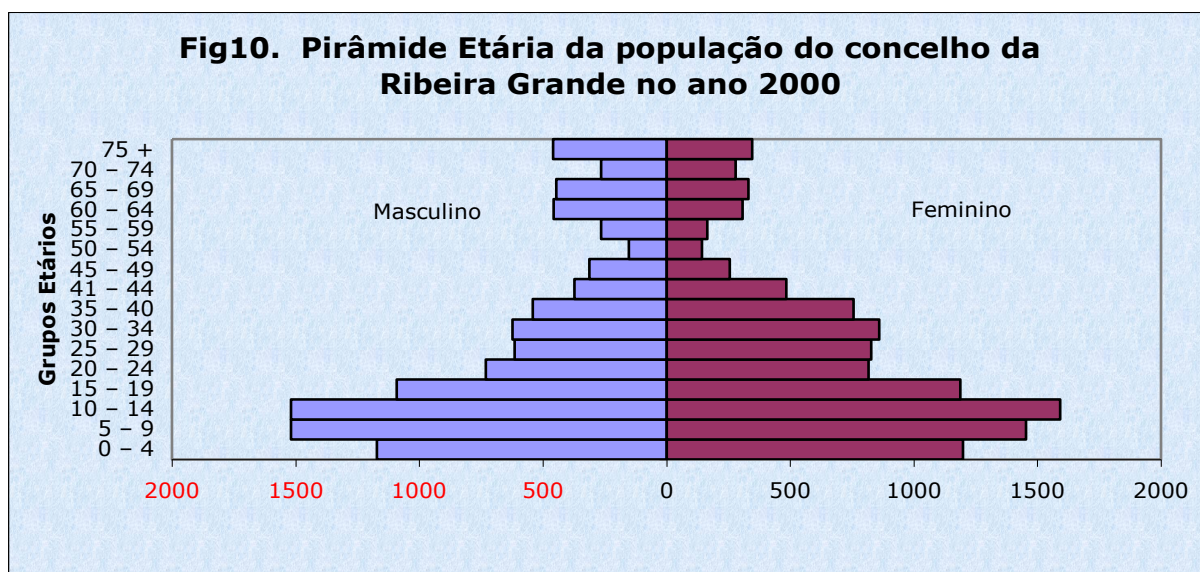
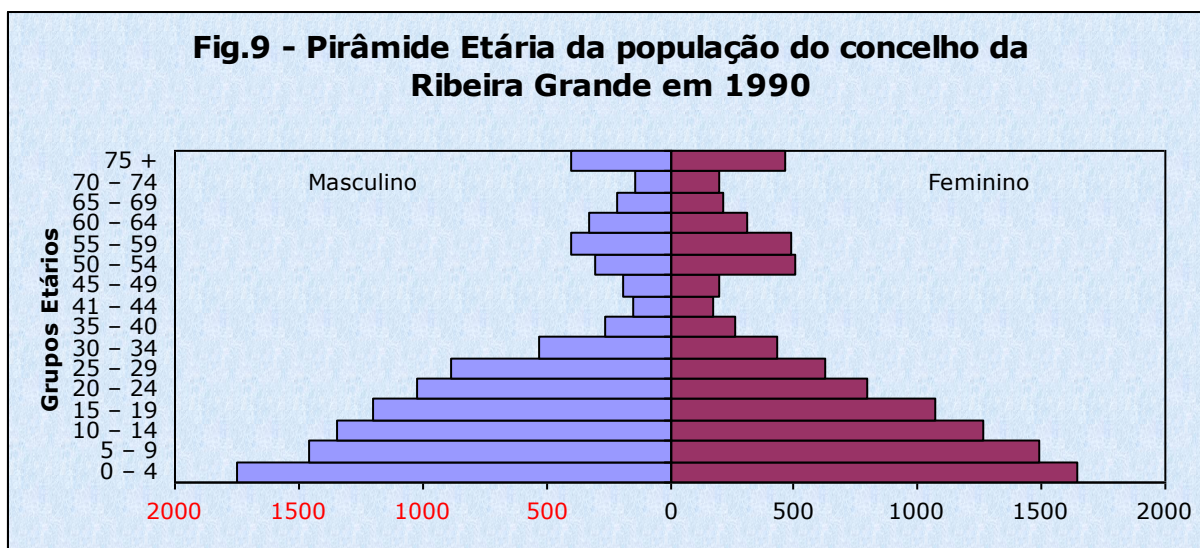
A figura 8 espelha de forma bastante clara a situação do concelho da Ribeira Grande na década de 1990 – 2000, em que, em resultado de fluxos migratórios intensos a população de algumas localidades abandonaram por completo o seu habitat natural (Ribeira das Burnas e Ribeira de Brás em Monte Joana, Ribeira do Inverno em Chã D' igreja e Bica na zona de Lugar de Guene).

# **CAPÍTULO III**

## **CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE ENTRE 1990 – 2000**

### III.1. Estrutura da população por sexo e por idades.

A estrutura ou composição de uma população por sexo e por idades oferece-nos um conjunto de dados úteis a análises de numerosos problemas económicos, sociais e políticos. Permite, com efeito, conhecer as proporções das classes aptas para o trabalho e a consequente tomada de decisões no campo do emprego; dá a conhecer os efectivos das classes em idade de procriar, permitindo, por isso, uma previsão das taxas de crescimento natural; fornece elementos indispensáveis ao planeamento escolar, permite conhecer os efectivos das classes que constituem encargos sociais (crianças e idosos).



Pelas pirâmides de idades referentes aos anos 90/ 2000, vê-se que a população do concelho da Ribeira Grande não tem tido uma linha evolutiva contínua devido a factores de vária ordem que tentaremos abordar ao longo desta análise.

Bem visível é também a brusca reentrância entre 41 – 44 anos devido a seca que assolou o país inteiro, a miséria, a fome e as epidemias que dizimaram milhares de cidadãos nacionais. Ultrapassada a crise, a partir da década de 1960/ 70, verificou-se um recrudescimento da natalidade e, portanto, do crescimento natural, e que na pirâmide manifesta-se por uma saliência mais ou menos acentuada.

A pirâmide do ano 2000 ainda evidência de forma muito clara dois outros aspectos da estrutura etária de uma população: A primeira é a redução drástica da natalidade (efectivos de 0 – 4 anos), de 3698 (18%) para 2369 (11%) no ano 2000 e que poderá estar directamente relacionado com o segundo aspecto que é o envelhecimento da população (60 anos ou mais) que passou de 2375 (11,6%) no ano 1990 para 2752 (12,8%) em 2000. Esta relação, baixa taxa de natalidade versus envelhecimento da população estabelece-se, na medida em que, com o decréscimo da natalidade, da mortalidade e com melhores condições de vida há um alongamento da esperança de vida. A emigração, que afecta sobretudo jovens e adultos vai reduzir os efectivos daquelas classes e são sobretudo essas as classes reprodutoras. Com uma população envelhecida vão surgir vários problemas, nomeadamente, com pensões sociais, encargos com saúde e lar de idosos e outros.

Biologicamente nascem em média 105 rapazes por cada 100 raparigas. No concelho da Ribeira Grande essa ordem natural mantem-se apesar da maior longevidade das mulheres. No ano de 1990 a taxa de masculinidade era de 103% passando para 106% no ano 2000. Isto quer dizer que, ao contrário do que se passa a nível nacional com uma taxa de 93%, em Ribeira Grande há 106 homens por cada 100 mulheres.

### III.2. Estrutura sócio-profissional da população

A estrutura de uma população também pode ser analisada em relação a sua estrutura sócio-profissional. No ano de 1990 a taxa de actividade no concelho de Ribeira Grande era de 45,5%. No ano 2000, essa taxa situava-se nos 63%, mesmo assim inferior a média nacional que é de 68,9%. É o penúltimo concelho a nível nacional só sendo ultrapassado pela Brava com 62,8%.

A maior taxa de actividade líquida no concelho situava-se na faixa dos 25 – 44 anos com 87,4%. A taxa líquida de população inactiva no concelho no ano de 1990 era de 11%. No ano 2000 essa mesma taxa era de 36,1%, desta vez, muito superior a média nacional que é de 30,5%. A maior taxa de inactividade (67,8%) situa-se nos idosos com idades acima dos 65 anos, o que é bastante óbvio já que na maior parte das vezes estão incapacitados de trabalhar. Mesmo a nível da ilha o concelho da Ribeira Grande é o que apresenta taxas mais elevadas de inactividade. As actividades económicas exercidas pela população são extremamente diferenciadas. É por isso que na nossa análise decidimos enquadrá-las por sectores de actividade: primário, secundário e terciário. Essa repartição oferece-nos indicações sobre as actividades económicas e o grau de desenvolvimento do concelho.

#### Quadro 5 – Estrutura sócio-profissional da população do concelho da Ribeira Grande entre 1990 e 2000.

Anos	Estrutura sócio-profissional				
	Primário	Secundário	Terciário	T <sub>x</sub> Actividade	T <sub>x</sub> Inactividade
* 1990	54%	21,8 %	38%	45,5%	11%
** 2000	50,7%	23,6%	43,8%	63,3%	36,1%

**Fonte: INE – Censos de 1990 e 2000**

\* População maior de 10 anos

\*\* População maior de 15 anos

Tanto em 1990 como em 2000, a maior quantidade de população activa no concelho de Ribeira Grande ocupava o sector primário (54% e 50,7% respectivamente), isto porque, por um lado a agricultura que é a actividade principal é marcadamente tradicional e, por outro, a indústria que é sinal de

poder e riqueza é muito insignificante. É nesta linha de ideias que o sector secundário só passou de 21,8% para 23,6% de 1990 à 2000.

O sector terciário de 1990 – 2000 evoluiu significativamente de 38% para 43,8% devendo-se esse aumento ao surgimento de grande massa de pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, maior número de empregadas domésticas, ao aumento do emprego público, e sobretudo, a dinâmica de evolução dos serviços públicos e privados principalmente nas vilas.

O que se pode concluir acerca de tudo o que já se disse sobre as actividades económicas é que o sector primário está ficando cada vez mais fraco, enquanto que, o sector terciário tem vindo a aumentar a olhos vistos, o que significa, por um lado, avanço técnico e, por outro, elevação do nível de vida da população do concelho da Ribeira Grande. No ano de 1990, num universo de 14505 indivíduos, apenas 6069 (41,6%)<sup>1</sup> encontrava-se a trabalhar enquanto que a taxa de desemprego situava-se nos 17,2%. Em 2000 a taxa de desemprego no concelho foi de 17,4%, taxa idêntica a média nacional.

### **III.3. Níveis de instrução**

A população Santo Antonense, e em particular do Concelho da Ribeira Grande sempre mostrou grande interesse em adquirir instrução. Segundo Almeida, F. T (1888), *“nenhum povo mostra mais desejos de adquirir instrução; os pais não se limitam a mandar os seus filhos aprender ler, escrever e contar, querem que eles adquiram o maior número de conhecimentos possível”*.

Desde a criação das primeiras escolas primárias na ilha de Santo Antão segundo Rocha, A. (1990) entre 1836 e 1850, *“apesar do ensino já tivesse sido ministrado antes pelos Padres nas sedes das Paróquias”*, o sistema continuou numa linha de evolução contínua que chegou ao nível que conhecemos hoje.

---

<sup>1</sup> - A classificação de 1990 incluiu indivíduos de 10 a 15 anos que oficialmente não podem trabalhar, pelo que, não estabelecemos comparação com os dados de 2000 que foi feita com indivíduos com idades superiores a 15 anos.



### **Quadro 6 – Níveis de instrução da população do concelho da Ribeira Grande entre 1990 e 2000**

Anos	Alfabetização	Ensino primário	Ensino secundário	Curso médio e superior
1990	670	8427	423	40
2000	1007	10755	3249	161

**Fonte: INE – Censos de 1990 e 2000.**

Assim, em 1990 no concelho da Ribeira Grande 670 pessoas (4,6%) possuíam a Alfabetização. No ano 2000 esse nível subiu para 1007 pessoas, o equivalente a 5,1%. Esse aumento deveu-se sobretudo ao alargamento dos círculos de cultura com o projecto suíço e a contratação de animadores para leccionar sobretudo na 3ª fase. O ensino primário constava no ano de 1990 com 8427 pessoas (58%), aumentando ligeiramente para 10755 pessoas, embora a taxa tivesse baixado para 55%. O ensino secundário contava no ano de 1990 com 423 pessoas (2,9%). No ano 2000 esse número aumentou significativamente para 3249 pessoas, fruto sobretudo da criação dos liceus da Ribeira Grande e do Porto Novo e da massificação do ensino.

Segundo o censo de 1990, o ensino médio e superior contabilizava um total de 40 pessoas. Já no ano 2000 só o nível médio contava com 52 pessoas e 109 com o ensino superior, somando um total de 161 pessoas. Ademais Ribeira Grande é o concelho que desde sempre apresentou níveis mais elevados de instrução na ilha.

A maior parte dos indivíduos sem níveis, no concelho da Ribeira Grande, encontram-se no meio rural (3215) no total, contra apenas 448 no meio urbano. Considerando que cerca de 80% da população do concelho vive no meio rural, fácil será compreender o porquê de haver maior número de pessoas com o pré-escolar, o ensino primário e o secundário nessas áreas.

O meio urbano, pelo contrário, possui maior número de indivíduos com o curso médio e superior impulsionado pelo facto de existir nessas áreas os serviços, as infraestruturas e de apresentar um maior desenvolvimento económico o que também exige uma mão-de-obra mais qualificada.

Hoje em dia, o ensino tornou-se um objectivo primordial de qualquer sociedade com vista a formar quadros qualificados para satisfazer às necessidades de desenvolvimento económico e social.

## **CAPÍTULO IV**

### **PROPOSTA ALTERNATIVA À DIVISÃO ADMINISTRATIVA ACTUAL**

#### **IV. 1. Análise da divisão administrativa actual no concelho da Ribeira Grande**

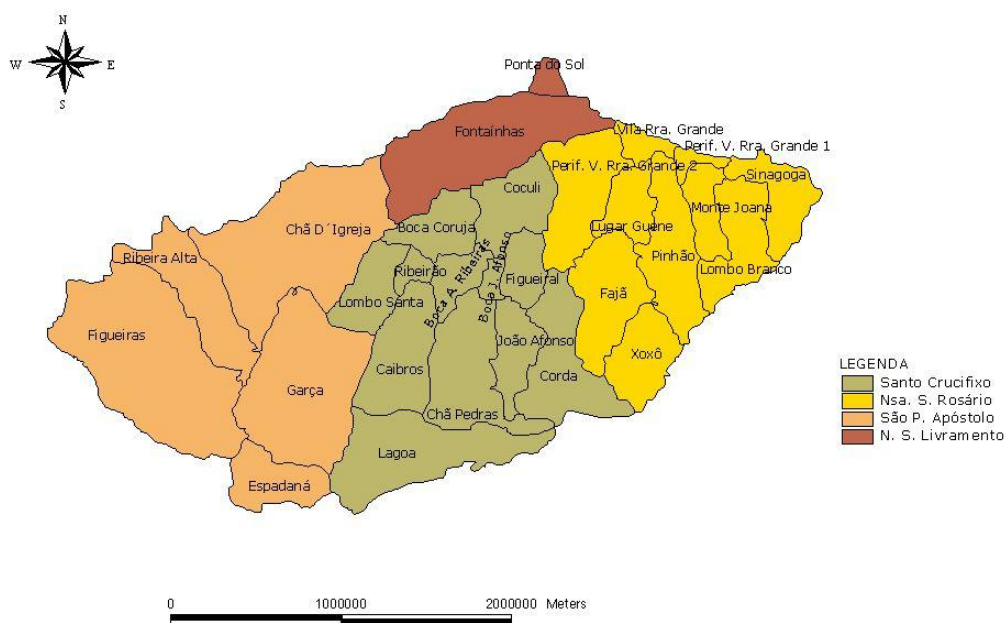
A divisão administrativa em vigor actualmente no concelho da Ribeira Grande remonta várias décadas atrás. Em 1896, Rocha, A. (1990) faz referência a população da ilha que era de 23735 almas distribuídos pelos concelhos da Ribeira Grande e do Paul e pelas freguesias de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Livramento, Santo Crucifixo e São Pedro Apóstolo. Na mesma obra "*Subsídios para a História da ilha de Santo Antão*" o autor descreve todas as zonas e lugares pertencentes a cada uma dessas freguesias. A única diferença reside no facto de alguns lugares serem hoje abandonados e não constarem do actual código Geográfico nacional elaborado pelo INE.

As duas únicas Vilas do concelho são também seculares. A Vila da Ribeira Grande criada a 7 de Maio de 1732 e a Vila da Ponta do Sol (antiga vila Maria Pia) criada em 1887, e que são as únicas que continuam existindo até a presente data. A aproximadamente dois séculos atrás essa divisão justificava-se, tendo em conta que os percursos eram feitos por via pedestre vicinais ou, com apoio de animais tais como o burro e o cavalo. Mas, nas décadas de 60 e 70, o concelho foi alvo de uma significativa melhoria de acessibilidade que contribuiu para reduzir substancialmente as distâncias-tempo aos outros dois concelhos da ilha (Porto Novo 36km, Paul 8km), e a localização do concelho afigurou-se como factor estratégico de desenvolvimento.

Outrossim, o desenvolvimento dos transportes na ilha de Santo Antão e no concelho da Ribeira Grande em particular, tem levado a que as pessoas optem cada vez menos pelos caminhos vicinais que são autênticas "armadilhas" dada a geomorfologia da ilha, e que, em tempo de chuvas tornam-se praticamente impraticáveis. Aliás, a inclusão das zonas de Corda e Lagoa na freguesia de São Crucifixo e de Espadaná na freguesia de São Pedro Apóstolo, poderá estar relacionado com esse aspecto, uma vez que, a partir da zona da Corda praticamente não havia acesso a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, como nos dá conta Almeida, G. (2002), "*Ficou com o nome de Corda porque nos antanhos da história era o único local da serra que permitia a passagem de um lado para outro da ilha. Mas mesmo assim isso se fazia colocando as pessoas dentro de uma espécie de cestas e içando-as por cordas puxadas por homens ou*

*postados lá no alto... conta-se aliás de um bispo de Santiago, que tendo ido a Santo Antão em visita pastoral corajosamente se fez içar para o outro lado... acabou, pois ficando em Santo Antão até fim dos seus dias.”*

Fig. 11 - Divisão administrativa actual do concelho da Ribeira Grande



A cerca da zona de Lagoa que se encontra repartida pelos concelhos de Porto Novo e Ribeira Grande, reza a historia que a parte norte pertencente a Ribeira Grande, era um campo agro-pecuário pertencente a agricultores sobretudo do Paul. A população vivia maioritariamente na parte Sul. Tendo em conta o clima árido desta região que limitava sobremaneira a prática da agricultura, a população começou a deslocar-se para a parte norte pertencente a Ribeira Grande. Com isso a zona de Lagoa passou a pertencer aos dois concelhos: Ribeira grande e Porto Novo.

Essa questão que tem sustentado várias propostas de lei por parte de entidades locais e nacionais, mostra claramente que essa divisão poderá estar a afectar a gestão municipal e mais directamente o desenvolvimento integrado da zona da Lagoa.

Uma outra questão pouco ou nada convincente na actual divisão administrativa é a inclusão da localidade de Borda de Agriões na zona de Chã de Pedras, segundo o código Geográfico nacional do INE. Na verdade, não sabemos

se houve alguma confusão pelo facto dessa zona possuir uma localidade por nome de Agriões, ou se, foi alguma pesquisa feita no terreno a confirmar isso. O que é certo é que a expressão “*borda de*” é muito utilizado em Santo Antão para designar lugares a uma altitude relativamente alta e de onde se pode ver outro lugar que fica em baixo.

O enquadramento de Chã de Arroz na zona de Lugar de Guene ao invés da vila da Ribeira Grande “rural” é outra opção que nós contestamos. Realmente, se antigamente isso era aceitável pelo facto dessa zona se encontrar um bocadinho afastado da vila, e em seu redor só haver terrenos agrícolas à semelhança de Lugar de Guene, a construção da estrada Ribeira Grande – Porto Novo foi, mais uma vez, determinante para a aproximação dessa localidade à vila. Essa estrada que passa precisamente frente a Chã de arroz eliminou o caminho vicinal via Ladeira D’ Santíssima e permitiu uma grande infraestruturação de toda a área circunscrita por essa mesma estrada. Assim, Chã de arroz é uma área já identificada para a expansão da Vila da Ribeira Grande Urbano.

Tendo em conta que localidades como Tanque, Ribeira de Duque, Mão Pra Trás, entre outras, que também são áreas agrícolas e ficam mais distantes mas pertencem a essa divisão administrativa, consideramos de toda a lógica que Chã de Arroz e Bica também se incluem na periferia da Vila da Ribeira Grande.

A última área cuja pertença administrativa nos levanta sérias dúvidas é a zona de Espadaná. Para já, quem chega actualmente a essa zona questiona: Qual será o critério utilizado que ainda inclui essa zona na freguesia de São Pedro Apóstolo?

Por outro lado, o facto de Lagoa I (Espadaná), aparecer no censo como uma zona e com um único lugar que é o próprio Espadaná, contraria o próprio conceito de “Zona” apresentado pelo próprio INE, e que se encontra explícita na conceitualização (ver página 19).

Uma última divisão, embora numa área onde não habita ninguém mas que, engloba duas importantíssimas zonas da costa leste é a que separa Lombo Branco e Monte Joana, como se pode constatar pela base cartográfica do INE. Mais uma vez não sabemos se houve confusão entre os nomes dos lugares já que ambas possuem uma localidade por nome de “Tabuleiro”, ou, se efectivamente, houve pesquisas feitas no terreno na preparação da base cartográfica para o censo 2000 que confirmou a existência de duas localidades com esse nome na zona de Lombo Branco.

O que é certo é que ao analisarmos a base cartográfica do INE (única existente em Cabo Verde com a divisão administrativa a nível de zonas), ou mesmo um mapa na escala 1:25000 da ilha de Santo Antão concluímos que há muita lógica em propormos uma alternativa mais adequada a realidade do concelho da Ribeira Grande.

## **IV.2. Proposta alternativa à divisão administrativa actual.**

### **IV.2.1 – Introdução**

Ao propormos uma alternativa à divisão Administrativa Actual, tivemos em conta, fundamentalmente, as assimetrias demonstradas na alínea anterior referente as freguesias, zonas e lugares do Concelho da Ribeira Grande. Segundo a colectânea de legislação municipal (1999) *decreto-lei nº 93/82 de 6 de Novembro, " A lei estabelece a divisão administrativa do território... claramente ultrapassado pelo tempo e pelas mudanças políticas operadas no país nos últimos anos"*.

A proposta que ora apresentamos foi também baseada no artigo nº 10 do mesmo regimento que estipula que *" o município deve aproximar a administração das populações, organizando os serviços de maneira a que tenham capacidade de decisão à nível das freguesias, dos bairros, povoados e zonas"*.

À fim de salvaguardar valores históricos e cívicos relacionadas com as áreas onde nós não concordamos com a actual divisão administrativa, decidimos envolver os protagonistas desse processo que são os cidadãos das áreas em causa.

Nesta sequência, elaboramos um questionário de opinião que foi aplicado as populações das localidades em questão.

Efectuada em Agosto, Setembro e Dezembro de 2004, a recolha de informação incluiu, para além de entrevista semi-directiva e do questionário predominantemente fechado (anexo), uma deslocação a todas as zonas do concelho da Ribeira Grande, principalmente as que são objectos desta proposta,

de forma a mantermo-nos ao corrente da realidade concelhia e detectarmos as principais preocupações por parte dos seus cidadãos.

As entrevistas foram efectuadas a observadores privilegiados do meio local (ex Presidente das Câmaras da Ribeira Grande e do Porto Novo, ao Pároco do concelho e ao Presidente das Associações para o Desenvolvimento Integrado de Santo Antão – OADISA) e tiveram em conta, os seguintes parâmetros:

- Situação sócio-económica e infraestrutural das áreas em estudo
- Contributo das autoridades locais no desenvolvimento local
- Preocupações dos cidadãos face aos constrangimentos do dia-a-dia
- Enquadramento geográfico das áreas em estudo face a divisão administrativa actual.

Os inquéritos, elaborados com base na conjugação do contacto que temos a vários anos com a realidade local e de informações recolhidas nas entrevistas, contem uma média de 17 questões distribuídas por duas componentes:

a) Componente descritiva: Utilizado para definir o perfil dos inquiridos nomeadamente nas vertentes social (visando o conhecimento das características clássicas da população tais como idade, sexo, nível de instrução e categoria sócio-profissional.

b) Componente qualitativa: Tentamos enquadrar a realidade das áreas em questão a nível dos transportes, da saúde, da religião e de outros serviços de apoio a comunidade sendo as últimas duas questões destinadas a participação efectiva dos cidadãos das referidas áreas ou seja “a disponibilidade dos cidadãos que adquire uma particular pertinência na actualidade dado o crescente apelo ao seu desenvolvimento (escala nacional, regional e local) “. Marques R. J (2000).

Os itens II – 9, II 11, ou II – 12, foram seleccionados de acordo com os seguintes pressupostos:

- O exercício da cidadania não está desligado da divisão administrativa que, cada vez mais, funciona como obstáculo ou elemento facilitador das necessidades básicas do homem, devendo ser mais real e concreto possível.

- É imprescindível em estudos desta natureza perceber como os residentes visualizam a divisão administrativa a escala local e o papel desempenhado pelos principais agentes.

- A participação, se encarada numa perspectiva alargada poderá ser alvo de uma tipologia local que interrelaciona a nova divisão administrativa com a participação efectiva da população.

Quanto a aplicação do questionário, em Dezembro de 2004 aplicamos os 167 exemplares pelas diferentes zonas e lugares do concelho da Ribeira Grande (quadro 7), e outros foram preenchidos pelos próprios inquiridos.

O nível de participação foi de 100% na medida em que o questionário teve apoio directo do entrevistador, de amigos nossos, professores, presidentes de associações de desenvolvimento local e delegados municipais do concelho.

Tendo em conta a heterogeneidade do questionário, optamos por fazer a proposta à divisão administrativa actual do concelho da Ribeira Grande caso por caso, o que, pode ser mais moroso mas mais compreensível, mais realista e mais consistente.

#### **Quadro 7 – Distribuição dos questionários.**

Zonas/ Lugares	Questionários aplicados	%
Chã de arroz	1	1
Bica	0	0
Borda de Agriões	8	5
Espadaná	2	1
Corda	89	53
Lagoa	67	40
Tabuleiro	0	0
Total	167	100

Assim, a presente investigação apoia-se numa amostra de 167 inquiridos (10%), com idade superior a 16 anos e desigualmente distribuídos por três lugares e quatro zonas (quadro 7).

O conteúdo das entrevistas não foi objecto de nenhum tratamento especial e será utilizado sempre que o considerarmos pertinente.



Quanto ao tratamento estatístico do questionário, após a sua codificação, foi feito manualmente para avaliar as características da amostra, conceber uma tipologia de divisão administrativa e determinar as relações existentes entre os diferentes variáveis em jogo.

O tratamento gráfico e cartográfico foi efectuado com base nos programas Auto Cad 2004 e ArcView GIS version 3.1.

Os 67 inquiridos na zona de Lagoa são maioritariamente do sexo masculino (44) e com o predomínio de cidadãos com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos (45 no total).

**Quadro nº8: População inquirida na zona de Lagoa por sexo e por grupos etários.**

Grupos Etários	Sexo		
	Homens/Mulheres	Mulheres	Homens
Total	67	23	44
Anos			
15 – 19	8	3	5
20 – 24	11	3	8
25 – 29	16	4	12
30 – 34	5	0	5
35 – 39	4	2	2
40 – 44	5	5	0
45 – 49	2	1	1
50 – 54	4	1	3
55 – 59	2	0	2
60 – 64	3	1	2
65 – 69	2	1	1
70 – 74	1	0	1
75 e +	0	0	0
Não Responderam	6	2	2

No que concerne ao grau de instrução (quadro 9), há um claro predomínio do ensino primário (100% dos inquiridos) e um peso insignificante de analfabetos (13 indivíduos), e que no questionário aparecem no grupo de “outro”.

Por outro lado a inexistência de indivíduos com o curso médio e superior deixa supor que a metodologia de recolha utilizada acabou por encontrar um grupo com menor nível de escolaridade.

**Quadro nº 9: População inquirida na zona de Lagoa por sexo e níveis de instrução.**

Sexo	Níveis de Instrução				
	Primário	Secundário	C. Médio	C. Superior	Outro
Feminino	18	0	0	0	5
Masculino	36	0	0	0	9
Total	54	0	0	0	13

**IV.2. Proposta de divisão administrativa para a zona de Lagoa.**

Em relação aos produtos que utilizam no dia-a-dia a maior parte são adquiridos no concelho do Porto Novo (47), tendo em conta que, por um lado, é daquele lado que fica a cooperativa da zona e, por outro lado, por ser a porta de entrada e saída diária de pessoas e mercadorias provenientes de São Vicente. A deslocação a cada um desses concelhos é feita em aproximadamente 1 hora e 15mn, e em ambos os casos, o trajecto é feito de carro custando 250 escudos por pessoa.

Todos os inquiridos frequentaram o ensino básico na zona de Lagoa. Para o ensino secundário (embora não encontramos nenhum individuo com esse nível), os que o têm frequentado ou estão a frequentá-lo o têm feito tanto num concelho como no outro dependendo das disponibilidades dos familiares residentes nesses concelhos ou, de vagas nos internatos estudantis.

Em relação a saúde, todos os inquiridos procuram apoio médico no concelho da Ribeira Grande (Vila), isto porque é onde possui o único hospital regional da ilha e uma das maiores do País. Aliás, Lagoa, na opinião dos nossos entrevistados aquando das primeiras visitas a zona "a situação em termos sócio-económicos e infraestruturais era uma das mais pobres do concelho e da ilha em geral e, de uma ausência quase completa de infra estruturas básicas.

Assim, as principais exigências da população dessa localidade às Câmaras Municipais de 1990-2000, referiam-se a abastecimento de água, emprego ligado a agricultura e pecuária, habitação social, educação, saúde, telefone público, electrificação entre outros. As actuações das Câmaras Municipais também foram canalizadas neste sentido, isto é, satisfazer as necessidades das populações. A

população vai a missa no concelho do Porto Novo porque é desse lado é que fica a igreja da zona.

Já as contas de água e luz são pagas no concelho da Ribeira Grande, e a população prefere continuar a pagá-las nesse concelho porque segundo eles a iniciativa pertence a Ribeira Grande.

Parte significativa dos nossos inquiridos (42) possuem os seus melhores amigos e familiares no concelho do Porto Novo.

Questionando os nossos entrevistados a cerca da integração da zona de Lagoa num único concelho, a maioria (54 indivíduos) é de opinião que deve ser integrada no concelho da Ribeira Grande alegando que ali tratam os seus assuntos com maior facilidade e está mais bem organizado a nível de serviços, educação, saúde e muitos outros.

Para os nossos entrevistados essa divisão dificultava a actuação da Câmara globalmente, na concepção geral de programas de desenvolvimento comunitário e, para ultrapassar isso, optaram por considerar Lagoa uma divisão única. A prova disso é que o concelho do Porto Novo que muito pouco tem feito para a zona, segundo a opinião geral, neste momento está construindo um jardim infantil precisamente no lado pertencente a Ribeira Grande. Com isto, todos os Municípios, tanto de um concelho como do outro, exigiam apoio às duas Câmaras e de pleno direito. Sentiam que tinham uma obrigação com eles e o contrário não.

Durante a nossa entrevista com o ex presidente da Câmara do Porto Novo ele contou-nos uma história interessante que passamos a citar: *“Numa visita que o senhor Primeiro-ministro efectuou ao concelho do Porto Novo, contemplou uma deslocação a zona da Lagoa. Em seguida chegou o presidente da Câmara da Ribeira Grande que deveria encontrar-se com a comitiva na zona. Assim que ele chegou, um residente disse: Agora sim, agora estou contente! Tenho o meu Primeiro-ministro e os meus dois presidentes de Câmara”.*

Relativamente a possibilidade de incluir a zona de Lagoa num único concelho os nossos entrevistados disseram que *“ esta questão sempre existiu, mas, essa questão tornou – se numa discussão permanente a partir de uma **Proposta de Lei de 1993 – Nova Divisão Administrativa do País**, mas a competência não é dos Municípios. Essa ideia assentava em criar uma base científica definindo os critérios e uma base objectiva da divisão administrativa”.*

Ambos os entrevistados pensam incluir a zona de Lagoa no concelho da Ribeira Grande alegando razões histórico – culturais.

O projecto não foi concretizado por vários motivos entre os quais:

- O projecto não arrancou.
- Receio de possível resistência dos cidadãos.
- Ausência de critérios de legislação concretos que definissem todos os critérios de divisão administrativa.

Ainda, para os nossos entrevistados, se a localidade de Lagoa pertencesse a um único concelho isso só facilitaria a administração municipal porque podia-se criar uma Delegação Municipal e repensar os interesses feitos em função das disponibilidades financeiras. Assim, casos como registos de nascimentos, óbitos, e também a gestão da coisa pública estariam mais próximos dos serviços administrativos. Caso contrário, poder-se-à continuar com o problema de acesso em virtude da localização geográfica de Lagoa.

#### **IV.3. Proposta de divisão administrativa para a zona da Corda**

A inclusão da zona da Corda na freguesia de Santo Crucifixo é uma outra divisão que quanto a nós está bastante ultrapassada. Colocando essa zona num patamar “neutro”, não há de entre as 16 questões do questionário, uma única que seja favorável a freguesia de Santo Crucifixo. Isto deve-se ao que nós apontamos anteriormente, ou seja, a construção da estrada Ribeira Grande – Porto Novo e que passa por Corda, aliado ao desenvolvimento dos transportes terrestres na ilha que acabou por tirar todo o significado a essa divisão.

A maior parte dos inquiridos na zona da Corda têm idade compreendida entre os 20 e os 59 anos e são maioritariamente do sexo Masculino.

**Quadro nº 10: População inquirida na zona da Corda por sexo e por grupos etários.**

Grupos Etários	Sexo		
	Homens/Mulheres	Mulheres	Homens
Total	89	38	51
Anos			
15 – 19	7	3	4
20 – 24	13	4	9
25 – 29	17	6	11
30 – 34	8	1	7
35 – 39	5	1	4
40 – 44	9	5	4
45 – 49	2	0	2
50 – 54	6	2	4
55 – 59	10	6	4
60 – 64	7	5	2
65 – 69	1	1	0
70 – 74	0	0	0
75 e +	0	0	0
Não Responderam	6	4	2

No que concerne aos níveis de instrução, na zona da Corda encontramos pessoas com níveis mais diversificados, não obstante a ausência de indivíduos com o curso médio e a predominância de indivíduos com o ensino primário.

**Quadro nº 11: População inquirida na zona da Corda por sexo e níveis de instrução.**

Sexo	Níveis de Instrução				
	Primário	Secundário	C. Médio	C. Superior	Outro
Feminino	22	2	0	0	14
Masculino	36	8	3	0	4
Total	58	10	3	0	18

Todos os 89 inquiridos adquirem a maior parte dos produtos que utilizam na freguesia de Nossa Senhora do Rosário porque a acessibilidade é maior, fica mais perto, os produtos são mais variados e mais baratos.

O tempo de deslocação à freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Do Rosário é inferior a 30mn, enquanto que para Santo Crucifixo podemos situa-lo inferior a 45mn. O custo de deslocação a sede de freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Do Rosário é de 100\$00, enquanto que para Santo crucifixo é de 150\$00.

O ensino básico é sempre frequentado na zona da Corda enquanto que o secundário é sempre na vila da Ribeira Grande.

A maior parte dos nossos inquiridos (35) declararam que não trabalham. Os 31 inquiridos que trabalham no concelho de Santo Crucifixo, são pessoas que estão ligadas aos trabalhos agrícolas e pecuários. Relativamente as pessoas que estão no grupo de “outra”, estas são sobretudo pessoas que trabalham em água das caldeiras, zona pertencente ao concelho do Porto Novo.

As pessoas que trabalham na freguesia de N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. Do Rosário, são sobretudo trabalhadores de construção civil e empregados públicos.

#### **Quadro nº 12: Freguesia onde trabalha a população inquirida na zona de Corda.**

Sexo	Freguesias			
	N <sup>sa</sup> . S. Rosário	Santo Crucifixo	Não Trabalha	Outra
S. Feminino	2	7	27	2
S. Masculino	15	24	8	4
Total	17	31	35	6

O apoio médico é sempre procurado na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Do Rosário já que é onde existe o único hospital do concelho e, na eventualidade de deslocação a freguesia de Santo Crucifixo iriam passar precisamente na porta do hospital na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. Do Rosário, o que não tem lógica.

Das 72 pessoas que têm luz e água, todas pagam as suas contas na freguesia de Santo Crucifixo, isto porque, mensalmente desloca-se a Corda um agente municipal dessa freguesia para efectuar a cobrança.

Já as 56 pessoas que possuem telefone pagam as suas contas na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário.

Das 89 pessoas inquiridas, 75 declararam que os seus melhores amigos residem na freguesia de Santo Crucifixo, e apenas 14 declararam que os seus melhores amigos residem na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário.

Apenas 17 pessoas possuem a maior parte dos familiares na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário, pelo que, as restantes 72 pessoas possuem a maior parte dos familiares na freguesia de Santo Crucifixo.

Questionados a cerca do enquadramento da zona da Corda, ou na freguesia de Santo Crucifixo ou na de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário, a grande maioria (83) é de opinião que actualmente justifica-se mais estar na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do

Rosário do que na freguesia de Santo Crucifixo, precisamente pelos motivos anteriormente expostos. A grande esperança da população da zona Corda como pudemos apurar no contacto directo com eles enquanto decorriam os inquéritos, é a criação de uma Delegação Municipal na zona da Corda que servia todo o planalto leste incluindo Lagoa e Espadaná.

Um exemplo concreto da perturbação que a actual divisão administrativa cria aos moradores de Corda é a seguinte: Para se tirar uma certidão de óbito, as pessoas de Corda deveriam deslocar-se a sede da freguesia em Coculi. O Delegado Municipal da freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário garantiu-nos que ele tem vindo a fazer isso, contactando antes o seu homólogo de Santo Crucifixo, mas sabe que isso é ilegal. As cerimónias fúnebres, passam na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário e seguem para a de Santo Crucifixo. Aliás, os únicos motivos que ainda ligam as pessoas de Corda à sede da freguesia de Santo Crucifixo são os relacionados com óbitos.

É com base em tudo o que acabamos de expor que resolvemos enquadrar a zona de Corda na freguesia de N<sup>sa</sup> S<sup>ra</sup>. do Rosário.

#### **IV.4. Proposta de divisão administrativa para a zona de Lagoa I (Espadaná)**

Espadaná é outra zona cuja divisão administrativa está muito desactualizada. Pertence teoricamente a freguesia de São Pedro Apóstolo, mas essa ligação em termos práticos só traz complicações aos habitantes da zona. As duas pessoas inquiridas na zona de Espadaná são ambas do sexo masculino, possuem o ensino primário e têm 29 e 39 anos respectivamente.

O tempo de deslocação a sede da freguesia de São Crucifixo é de aproximadamente 1h30mn, enquanto que para a freguesia de São P. Apóstolo é de mais de 2 horas. O custo de deslocação é de 350\$00 para a freguesia de Santo Crucifixo e 500\$00 para São P. Apóstolo.

Mesmo assim, Espadaná, quanto a nós pelos motivos já explicados, deve aparecer como um lugar pertencente a Lagoa, já que, mesmo na opinião dos nossos entrevistados não há nenhuma ligação entre Espadaná e Figueiras, outra zona de São Pedro Apóstolo mais próxima dela.

#### IV.5. Proposta de divisão administrativa para a localidade de Borda de Agriões.

Como dissemos anteriormente, e voltamos a dizê-lo, a inclusão de Borda de Agriões na zona de Chã de Pedras poderá ter sido uma confusão. Abordando os nossos entrevistados sobre esta questão, eles acharam isso no mínimo “estranho”.

#### Quadro nº 13: População inquirida em Borda de Agriões por sexo e por grupos etários.

Grupos Etários	Sexo		
	Homens/Mulheres	Mulheres	Homens
Total	8	5	3
Anos			
15 – 19	1	1	0
20 – 24	1	1	0
25 – 29	0	0	0
30 – 34	0	0	0
35 – 39	2	2	0
40 – 44	1	0	1
45 – 49	3	1	2
50 – 54	0	0	0
55 – 59	0	0	0
60 – 64	0	0	0
65 – 69	0	0	0
70 – 74	0	0	0
75 e +	0	0	0
Não Responderam	0	0	0

#### Quadro nº 14: População inquirida na localidade de Borda de Agriões de por sexo e níveis de instrução.

Sexo	Níveis de Instrução				
	Primário	Secundário	C. Médio	C. Superior	Outro
Feminino	3	0	0	0	2
Masculino	2	0	0	0	1
Total	5	0	0	0	3



Mais uma vez o inquérito abrangeu uma população com um níveis de instrução relativamente baixos, mas isso, não impeça-nos de confirmar a nossa proposta já que são eles, os moradores dessa localidade, quem mais do que ninguém conhece a realidade desse lugar.

Além do mais, não consta do questionário uma única questão que seja favorável a Chã de pedras. É com base em tudo isto que nós incluímos Borda de Agriões em Lagoa e não em Chã de Pedras.

#### **IV. 6. Proposta de divisão administrativa para a localidade de Chã de Arroz**

O nosso inquirido em Chã de arroz foi seleccionado entre as 12 pessoas (censo 2000) que habitam a localidade. Um homem de 84 anos de idade, possui instrução primária, e portanto, conhecedor da realidade local.

O percurso feito a pé da casa até a vila não ultrapassa os 3mn. Já da casa até lugar de Guene, a pé, deverá ser de aproximadamente 20mn.

De resto, todas as respostas do questionário estão a favor da vila da Ribeira Grande. É com base em tudo o que já aqui expomos que decidimos enquadrar Chã de Arroz na Vila da Ribeira Grande Rural e não em Lugar de Guene como apresenta actualmente.

Existem no concelho da Ribeira Grande outras localidades, embora não habitadas, mas com uma Divisão Administrativa que mais uma vez não concordamos. Uma delas é a que separa Lombo Branco de Monte Joana, mais precisamente na localidade de Tabuleiro, a Sul das duas zonas e designada na linguagem da ilha por “cabeço”.

Mais uma vez damos o benefício da dúvida no caso de haver confusão com os nomes das localidades, já que ambas possuem uma localidade por nome de Tabuleiro. O actual traçado por causa de um desvio “esquisito” inclui as duas localidades apenas na zona de Lombo Branco. Em Monte Joana, por sua vez, esta localidade deixou de existir. Abordando esta questão com o senhor Vicente Dias, natural de Monte Joana, ele confirmou-nos a existência nessa localidade, e mais precisamente, onde estamos a propor a alteração de uma localidade por nome de Tabuleiro, pelo que, se está incluída em Lombo Branco é de certeza um erro.

Quanto a divisão entre as freguesias de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Livramento, o que se nota pela base cartográfica do INE é que de facto procederam a correcção, na parte junto a órgãos onde havia o presumível engano.

O que nós não estamos de acordo, isso sim, foi a forma rectilínea como se procedeu a referida correcção, isto é, e sem respeitar os critérios de divisão natural apontados quer pela Engenheira Cartógrafa Maria da Luz Bettencourt quer pelo urbanista Renato Fernandes no jornal horizonte.

Em conversa com o Padre Ima, Pároco do concelho da Ribeira Grande, ele considerou pertinente a criação de mais duas freguesias no concelho da Ribeira Grande. Ele fundamentou a sua opinião dizendo que Freguesia significa fregueses da igreja, e que, as zonas de Garça com cerca de 1578 habitantes e Planalto Leste incluindo Lagoa com cerca de 1564 habitantes, já justificam ter uma freguesia o que seria uma grande vitória para as populações dessas zonas. Porquanto, nós também estamos completamente de acordo com as palavras do Padre Ima.

A proposta ora apresentada, traduz na prática o que tem sido de facto a divisão administrativa do concelho da Ribeira Grande. Todos os afectados são conscientes que esta proposta é mais ajustada a realidade do concelho. Mesmo assim reconhecem a falta de vontade, principalmente política para levar um projecto deste adiante. Numa altura em que se assiste a uma grande descentralização, ou se quisermos fragmentação, dos poderes públicos no concelho, acreditamos que a nossa proposta possa vir a fazer eco ser tomada esta decisão, e já agora, porque não à nível nacional?

Antes de terminar queremos relembrar que não existe uma carta oficial com a divisão administrativa do Concelho da Ribeira Grande por zonas para além da carta do INE, e com fins estatísticos. Portanto, se a nossa análise e consequente proposta teve com suporte a base cartográfica do INE é porque foi o único que conseguimos encontrar.

Fig.12 - Proposta alternativa à divisão administrativa actual



Assim, a proposta que ora apresentamos contempla as seguintes alterações:

- A zona de Lagoa passará a pertencer exclusivamente ao concelho da Ribeira Grande.
- Passagem das zonas do Planalto Leste incluindo Lagoa e Espadaná para a freguesia de N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. do Rosário, ou melhor ainda, criação de uma freguesia que abrangesse essas áreas.
- Inclusão de Lagoa I – Espadaná na zona de Lagoa.
- Inclusão de Borda de Agriões em Lagoa.
- Inclusão de Chã de arroz e Bica na área de expansão da vila da Ribeira Grande.
- Inclusão da localidade de Tabuleiro, à sul de Monte Joana e Lombo Branco em Monte Joana.
- Rectificar o traçado da divisão administrativa entre a freguesia de N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. do Rosário e N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. do Livramento na localidade de Órgãos.

## **CONCLUSÕES**

## **Conclusões**

Ao pensarmos desenvolver o tema “Distribuição Espacial da População no Concelho da Ribeira Grande entre 1990 – 2000 – Proposta Alternativa à Divisão Administrativa Actual” tivemos em mente conhecer melhor como está distribuída, pelo espaço, a população do concelho e ver que constrangimentos se podem relacionar com a actual divisão administrativa.

Como resultado final, concluímos que, a população tende a localizar-se maioritariamente na vila Ribeira Grande e da Ponta do Sol. As zonas onde se praticam a agricultura de regadio com alguma intensidade (na perspectiva do concelho), também são bastante povoados.

Nas restantes zonas do concelho as relações entre a população e o espaço são cada vez mais desmesuráveis, já que o espaço não tem respondido satisfatoriamente as necessidades da população, as respostas têm-se traduzido no seu êxodo para as vilas ou para outros concelhos do país. Torna-se urgente, por isso, pensar nessa relação população/espaço geográfico transformando esses espaços de abandono em espaços de bem-estar, ambientalmente aprazíveis e socioeconomicamente equilibrados, criando infraestruturas, emprego, de forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a criar estruturas de atracção e revitalização que permitam as actuais e futuras gerações existirem fora do contexto das vilas ou de outros concelhos ou países.

Quanto a importância das características da população na sua distribuição no concelho da Ribeira Grande verificamos que ela é composta maioritariamente por indivíduos do sexo masculino. A população jovem está a sair cada vez mais para outras áreas elevando-se assim o número de idosos no concelho.

O nível de instrução para as freguesias de N<sup>sa</sup>. S<sup>ra</sup>. do Rosário e do Livramento são claramente superiores aos das freguesias periféricas de Santo Crucifixo e de São Pedro Apóstolo uma vez que a população daquelas freguesias têm melhores condições de vida e ficam mais próximas do Liceu na vila da Ribeira Grande. Portanto, uma vez mais conclui-se que são os factores sócio-económicos os determinantes da distribuição da população no concelho da Ribeira Grande.

Relativamente a divisão administrativa actual pensamos ter demonstrado de forma bastante elucidativa como é que ela está a afectar sobremaneira o “modus

vivendi” da população do concelho. Mas a população não tendo sido chamada até hoje a opinar a cerca dessa divisão secular, ela tem-se acantonado e conformada apenas com a sua luta pela sobrevivência.

Acreditamos que a população está disponível a colaborar na mudança para uma nova divisão administrativa, a reparar, pela sua disponibilidade em atender as questões dos questionários e dos inquéritos.

A responsabilidade partilhada (população, entidades municipais, governo entre outros), pode ser uma grande revolução em Santo Antão e no país em geral; no entanto é necessário motivar o cidadão, até porque, esta questão mexe com valores históricos e culturais da população.

Descentralizar a administração a nível infra-municipal, criar novas freguesias (por exemplo envolvendo Corda Lagoa e Espadaná), e mais Delegações Municipais para as zonas longínquas, seria uma grande vitória para estes protagonistas. É bom que as entidades entendem isso, que revitalizem as localidades abandonadas, que apostem numa distribuição mais equilibrada da população do concelho criando incentivos e benefícios aos seus residentes como temos vindo a demonstrar ao longo deste projecto.

## **BIBLIOGRAFIA**

## Bibliografia

1. Araújo, M. G. M; (1997). *Geografia dos povoamentos – Assentamentos Humanos, rurais e urbanos*; Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
2. Baud, P., Bourgeat. S., Brás, C. (1997). *Dicionário de Geografia*. Plátano Edições técnicas, Lisboa.
3. Bandeira, M. L. (1462 – 1983). *Demografia – objectos, teorias e métodos*. Escolar editora, Lisboa.
4. Bradford, M. G. e Kent, W. A. (1987). *Geografia Humana – Teorias e suas aplicações*. Edições Gradiva, Lisboa.
5. Brito, P. M. (2002). *Análise da situação demográfica de Cabo Verde (1990 – 2000) – Prospectiva para o ano 2025*. Lisboa.
6. Carreira, A. (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. ICDL, Gráfica Europam, Sintra.
7. Cruz, L. A. (2003). *Análise das características das populações dos concelhos da ilha de Santo Antão*. Praia.
8. De Castro, J. (1959). *Ensaio de geografia humana*. Editora Brasiliense – São Paulo.
9. Derreau, M. (1973). *Geografia Humana II*. Editorial presença, Lisboa.
10. Frémont, A. (1980). *A Região, Espaço Vivido*. Livraria Almedina, Coimbra.
11. Gresh, A, et al. (2003). *Atlas da Globalização – Le Monde Diplomatique*, Edição, Campo da comunicação, Lisboa.
12. Fernandes, R. (1999). **Regionalização e política de desenvolvimento regional em Cabo Verde**”, *Jornal horizonte* – Praia.
13. Isnard, H. (1982). *O Espaço Geográfico*. Livraria Almedina, Coimbra.
14. Marques, R. J. (2000). *Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências*, Centro de estudos geográficos da Universidade de Lisboa.
15. Maurício, A. (1999). *Evolução Histórica da Vila da Ribeira Grande*, Praia.
16. Monteiro, C. A. (1997). *Comunidade Imigrada – Visão Sociológica*. Edição do Autor.
17. Rocha, A. (1990). *Subsídios para a história da ilha de Santo Antão 1462-1983*. Edição do autor com o patrocínio do ministério da cultura.



18. Pires, J. H. (2001). *Evolução demográfica em Santo Antão (1940 – 2000)*, Praia.
19. Thumerelle, J. P. (1996). *As populações do mundo*. By Editions Natham, Paris.
20. Vasenteni, J. W. (1987). *A capital da geopolítica*. Editora Ártica – 2ª edição, São Paulo.
21. Véron, J. (1996). *População e Desenvolvimento*. Editor – Francisco Lyon de Castro, Sintra.
22. INE – **Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), 1980, 1990 e 2000**. Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.  
\_\_\_\_\_, (2000). **Migrações** – Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.  
\_\_\_\_\_, (2000). **Características económicas da população** – Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.
23. DGE – **Perfil da pobreza** – Direcção Geral de Planeamento – Cabo Verde.  
\_\_\_\_\_, (1996) *Declaração nacional sobre a política da população* – Cabo Verde

## **ANEXOS**

**Anexo 1 – População residente no concelho da Ribeira Grande por zonas, nos anos de 1990 – 2000 e respectiva densidade populacional.**

Concelho/zonas/ Lugares	População em 1990	Densidade Populacional hab/km <sup>2</sup>	População no ano 2000	Densidade Populacional hab/km <sup>2</sup>
Ribeira Grande	20851	125	21480	128,8
Freg. N <sup>sa</sup> S <sup>ra</sup> . Rosário	7978	48	8279	49,66
Fajã D. Benta	1007	6,6	954	5,7
Lombo Branco	456	2,7	458	2,7
Lugar de Guene	810	4,9	862	5,17
Monte Joana	457	2,7	325	1,95
Pinhão	785	4,7	789	4,7
Sinagoga	468	2,8	558	3,4
Vila da R <sup>ra</sup> . Grande	2550	17	2863	17,17
Área periférica de R <sup>ra</sup> . G	868	5,2	972	5,8
Xoxô	582	3,5	498	3
Freg. N <sup>sa</sup> . S <sup>ra</sup> Livramento	1933	11,59	2225	13,4
Fontainhas	428	2,56	347	2,1
Vila da Ponta do Sol	1505	9,03	1878	11,3
Freg. Santo Crucifixo	7466	44,78	7789	46,7
Boca de Ambas Ribeiras	188	1,1	179	1,07
Boca de Coruja	501	3	565	3,34
Boca de João Afonso	314	2	323	2
Caibros	723	4,34	708	4,25
Chã de Pedras	1579	9,47	1580	9,47
Coculi	793	4,75	924	5,54
Corda	888	5,3	895	5,4
Figueiral	838	5	857	5
João Afonso	594	3,56	723	4,34
Lagoa	329	1,97	290	1,74
Lombo de Santa	337	2,02	315	1,9
Ribeirão	382	2,29	430	2,6
Freg. S. Pedro Apóstolo	3474	20,8	3187	19,12
Chã D' igreja	727	4,36	348	2,08
Figueiras	714	4,28	580	3,5
Garça de Cima	1694	10,16	1523	9,1
Lagoa – Espadaná	45	0,02	19	0,1
Ribeira Alta	294	1,76	217	1,3

**Anexo 2 – População residente no Concelho da Ribeira Grande por sexo e por idades nos anos 1990 e 2000.**

Anos	1990		2000	
Grupos Etários	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 – 4	1748	1648	1170	1199
5 – 9	1458	1492	1519	1453
10 – 14	1347	1268	1519	1593
15 – 19	1199	1070	1092	1188
20 – 24	1023	792	730	816
25 – 29	883	626	615	827
30 – 34	532	432	622	861
35 – 40	259	260	541	757
41 – 44	152	175	373	484
45 – 49	190	196	312	255
50 – 54	305	509	153	144
55 – 59	402	488	264	165
60 – 64	330	308	457	307
65 – 69	213	211	445	331
70 – 74	142	199	265	279
75 +	400	464	458	346